

Organização: Caio Bugiato



ANAIS DO II COLÓQUIO RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MARXISMO

Resumos expandidos dos artigos
apresentados no evento entre 31 de agosto e
02 de setembro de 2022.

CPDA/UFRRJ – Rio de Janeiro 2022



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

Comissão Científica

Ana Garcia (PUC-RJ)
Caio Bugiato (UFRRJ)
Carlos Eduardo Martins (UFRJ)
Daniel Aragão (UFBA)
Débora Gaspar (UFRRJ)
Fabiano Escher (UFRRJ)
Leonardo Ramos (PUC-MG)
Luiz Felipe Osório (UFRRJ)
Marcelo Fernandes (UFRRJ)
Tatiana Berringer (UFABC)

Comissão organizadora

Arthur Paixão (UFRRJ)
Beatriz Araujo (UFRRJ)
Bruna Loise (UFRRJ)
Guilherme Pessoa (UFRRJ)
Johnatan Cesar (UFRRJ)
Luana B. Garcia Torres (UFRRJ)
Mariana Amaro (UFRRJ)
Rafael Estrella (UFRRJ)
Sarah Amorim Lopes (UFRRJ)
Victoria Campbell (UFRRJ)



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

Sumário

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E CRISE: IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO. Coordenador/debatedor: (Luiz Felipe Osório - UFRRJ)

A crise estrutural do capital e os limites do capital (Frederico Fernando Moisés Lambertucci - UFAL)4

Sobre el imperialismo: recuperando debates y problematizando el inicio del siglo XXI. (Fernando Romero Wimer - UNILA)6

Imperialismo brando e neoliberalismo: a ascensão da extrema-direita e os impactos da globalização na crise brasileira contemporânea (Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira; Marcos do Vale Araujo; Lucca Gianinni Palermo Moreno Belfi - UERJ) ...9

Democracia, acumulação de capital e leis de propriedade intelectual (Pedro Peña Barbosa Pereira - UFBA)11

CRÍTICA DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES: INSTRUMENTOS DE HEGEMONIA. Coordenador/debatedor: (Fabiano Escher - UFRRJ)

O Banco Mundial e o intervencionismo educacional no Brasil: a escola na era das crises (Poliana Garcia Temístocles Ferreira - UFSC)12

Comparar e punir: benchmarking, governança global e reformas - o caso do Ranking Ease of Doing Business do Banco Mundial (Tiago Matos dos Santos - UFBA)14

Novo Banco de Desenvolvimento e o Conselho Empresarial do BRICS: convergências e interseções (Rafaela Mello Rodrigues de Sá - PUC-Rio).....14

O papel dos Estados Unidos na construção do lawfare no Brasil entre 2007 e 2019 (Carlos Eduardo Rezende Landim - UNICAMP).....17

Economia política do refúgio: a experiência do acolhimento a venezuelanos/as no Brasil (Ariane Rego de Paiva - PUC-Rio)18



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS. Coordenador/debatedor: (Daniel Aragão - UFBA)

Colonialismo das ideias - a história do pensamento econômico em questão: há construção de teoria econômica na periferia? (Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira - UFRRT)21

A contribuição da Teoria da Dependência Marxista como expressão teórica autônoma da América Latina (Marcio José Melo Malta; Icaro Souto Silva Mesquita - UFF).. 23

A cadeia mercantil da soja e a hierarquia da economia-mundo capitalista no início do século XXI (Gustavo Gatto Gomes - UFSC)..... 25

Fluxos migratorios e teoria do valor-trabalho: as expressões da "crise humanitária" internacional sob as transformações das tendências e das legalidades do capital (Hugo Cordeiro Mota Pinheiro - PUC-Rio)..... 28

ANÁLISES CRÍTICAS DE POLÍTICA EXTERNA. Coordenadora/debatedora: (Tatiana Berringer - UFABC) .

Por uma Análise de Política Externa crítica: a concepção gramsciana do Estado ampliado como ferramenta de análise do processo decisório em política externa (Nathan Morais Pinto da Silva - UERJ)30

De Bandung a Brasília: o Papel do Terceiro Mundo na Política Externa Brasileira (1955-1979) (Bernardo Kocher - UFF) 33

Foi a burguesia brasileira neodesenvolvimentista? Uma análise da política externa do empresariado no governo Lula a partir dos telegramas da Embaixada dos EUA publicados pela Wikileaks (2003-2010) (Gabriel Kanaan - UFF)35

AMÉRICA LATINA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA. Coordenador/debatedor: (Caio Bugiato - UFRRJ)

Intervenções diretas e indiretas na América Latina: conceito, evolução e prognóstico (Michelle Alves Lima e Aline Recalcatti de Andrade - UNILA) 41

O imperialismo contemporâneo na América Latina: uma análise da sua reconfiguração (Thomaz Delgado De David - USP)..... 43

Guerras Híbridas na América Latina: meios digitais, desestabilização política e golpes em países da região (Ana Elisi Carbone Anversa - UFESM; Thomaz Delgado De David - USP)..... .45



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

"EN NUESTRA DULCE AMÉRICA": expropriação, dependência econômica e os deslocamentos forçados (Ana Gabriela de Paiva Goncalves – PUC RIO).....48

As relações internacionais de partidos do Foro de São Paulo e o latino-americanismo: os casos de Brasil e Cuba (Ricardo Abreu de Melo).....50

CHINA: DA REVOLUÇÃO AO INVESTIMENTO E COOPERAÇÃO GLOBAIS Coordenadora/debatedora: (Ana Garcia – PUC-Rio/ UFRRJ)

A Revolução Cultural na China e a planificação socialista (Gabriel Luiz Duccini Puia - UFABC) 53

As investidas do dragão chinês sobre o setor de energia brasileiro. Uma análise dos IED chineses que penetram o setor nos últimos 20 anos. (Mariana Collette Piai Ersina - UFSC).55

Os sentidos dos acordos de cooperação tecno-científicas e das relações culturais entre China e Brasil. (Andreia Nascimento Bomfim - UFBA) 58

Cooperação sino-cubana: Um estudo sobre as relações econômicas e a influência do Socialismo com características chinesas em Cuba (Marcelo Pereira Fernandes – UFRRJ. Coautor: Marlon Silva Martins – UFRRJ).....60

Os Limites Estruturais ao Capital de Mészáros e os Limites da Guerra à China (Samuel Spellmann – PUC MINAS).....63

Frederico Fernando Moisés Lambertucci – UFAL. A crise estrutural do capital e os limites do capital.

O trabalho que aqui apresentamos é fruto de uma investigação em andamento sobre a tese de Mészáros sobre a natureza da crise atual do sistema do capital. Segundo o autor húngaro, o desenvolvimento do sistema do capital enquanto uma totalidade articulada atingiu seu ápice e sua maturidade histórica na década de 1970, entrando em ocaso e adentrando uma fase pletoira de disrupções e acirramentos internos, que tornam a crise como a forma determinante de sua reprodução. Como o capital é o pseudosujeito que organiza e determina as formas sociais fundamentais da reprodução societária na sociedade capitalista, isto implica, para o pensamento de Mészáros, que a crise estrutural, como crise de reprodução, se desenvolva e se expresse em todos os âmbitos da vida social, desde os macrocosmos da reprodução, até os microcosmos da reprodução. O que interessa aqui são alguns dos limites da própria reprodução do capital que se tornam os elos problemáticos constituintes da dinâmica da crise permanente, uma crise em continuum, como dirá Mészáros. Nesta dinâmica interna, as contradições fundamentais se expressam nas disjunções que necessariamente constituem a lógica interna da reprodução do capital, e essas são; a disjunção entre produção e controle, produção e distribuição e produção e consumo. Todas essas disjunções expressam defeitos estruturais da reprodução do capital que não podem ser sanados internamente e para os quais, os mecanismos mobilizados pelo próprio sistema não podem ser resolutivos, antes acirram e ampliam as mediações problemáticas que geram e dinamizam expressões sempre mais agudas da crise do sistema do capital como um todo. De um lado, a disjunção entre produção e controle que funda o sistema do capital enquanto forma alienada universal de produção faz com que o sistema social seja realmente incontrolável. Na medida em que a produção é controlada por unidades em concorrência e antagonicamente dispostas, e na medida em que o capital enquanto potência social objetiva, trabalho humano abstrato tornado (pseudo)sujeito do processo social da produção, que só pode pôr-se como tal se todo o processo for direcionado para a sua própria reprodução, isto significa que a característica fundamental da disjunção tratada é que o capital enquanto forma social é incontrolável. E irreversivelmente, o antagonismo fundamental é incontornável, pois o capital exerce, independente da forma de organização do processo de trabalho, controle sobre ele, e portanto, controle externo, alheio e alienado sobre o processo da produção. O capital domina o processo produção como totalidade. A disjunção entre produção e distribuição se expressa no fato de que na divisão internacional do trabalho, burguesias nacionais, em seu processo de produção e



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

acumulação, precisam, para se beneficiarem do processo de circulação como um todo, do Estado para assegurar seu lucro na circulação capitalista. Isto é, os expedientes alfandegários e legislações sobre a circulação de mercadorias e os Estados que protegem e asseguram o processo de produção e utilizam suas estruturas para assegurar o processo de circulação. O Estado, como estrutura da reprodução econômica, também atua na disjunção entre produção e consumo. Na medida em que a expulsão de trabalho vivo da produção acirra ainda mais a contradição entre massa de salário decrescente e massa de mercadorias crescentes sem possibilidade de realização, é o Estado quem irá realizar, através da compra de mercadorias para realizar uma massa de valor que de outro modo derivaria em uma crise de superprodução. Tal expediente, na crise estrutural do capital, não se anuncia mais como uma forma específica de política econômica, mas uma necessidade inescapável de todos os Estados. A crise estrutural se articula como uma crise disjuntiva nesse conjunto de mediações. De um lado a queda da taxa de lucro não encontra uma solução para o conjunto da reprodução capitalista, ainda que alguns setores possam, em certas conjunturas aumentarem suas taxas de lucro, isso não vale para o sistema como um todo. De outro lado, a crise de superprodução, de superacumulação é não um acontecimento fortuito do sistema do capital, mas é a forma fundamental da reprodução deste no atual estágio. Consequentemente, o Estado torna-se cada vez mais agudamente o representante de suas burguesias nacionais através de um imperialismo que torna-se sempre mais bélico – necessidade intrínseca de realização do circuito do capital pelo complexo militar-industrial – quanto assume uma posição cada vez mais crucial no papel de comprador garantindo a manutenção da realização da massa de valor em mercadorias. Para esta última disjunção, isto é, a de produção e consumo, uma forma adjacente de “resolução” surge. O capital fictício e o financeiro ganham sempre mais peso para a reprodução do sistema como um todo. O crédito torna-se uma quebra temporal na relação entre produção e consumo, na medida em que permite o trabalhador gastar o salário do referente a venda de uma força de trabalho futura, desse modo, acelerando o consumo, que claro, continua com os limites inerentes a relação capital – trabalho que se estabelece na produção. O capital financeiro passa, dessa forma, a ser uma mediação da realização das mercadorias e permitir a quebra temporal da relação entre produção e consumo. Em relação ao capital fictício, este se torna uma forma necessária da crise estrutural do capital e é sua expressão mais bem acabada. Ele expressa os limites últimos da totalidade extensiva e intensiva do capital – isto é, que o aumento da produção, crescimento do capital industrial – em meio a superprodução do capital é um limite absoluto inultrapassável e que o reinvestimento para o



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

aumento da produção é uma impossibilidade absoluta para o sistema na medida em que excederia em muito a capacidade do próprio sistema em se reproduzir com os seus defeitos estruturais e suas disjunções já problemáticas. Conseqüentemente, o capital fictício é uma forma necessária do capital na crise estrutural, forma pela qual o capital se valoriza quebrando também a sua temporalidade, na medida em que o valor das formas fictícias do capital provém não do trabalho abstrato presente, mas da promessa do trabalho abstrato futuro, que é chamado a preencher este vácuo de valor através da produção da mais-valia. Por fim, o mesmo capital fictício que é chamado a vida para aliviar a crise estrutural do capital, para dar sobrevida a sua reprodução, acirra e expande as contradições trazendo à tona os limites estruturais do capital. A própria necessidade de compensar o capital fictício impõe o aumento da produtividade do trabalho para compensar o lucro fictício, desse modo, a própria tendência de expulsar força de trabalho do processo de produção se torna ainda mais efetiva e explosiva, já que expulsa da circulação, consumidores. É assim que os limites do capital se mostram absolutos e a crise estrutural do capital se demonstra inultrapassável.

Fernando Romero Wimer – UNILA (Coautora: Paula FERNÁNDEZ HELLMUND).
SOBRE EL IMPERIALISMO: RECUPERANDO DEBATES Y PROBLEMATIZANDO INICIO DEL SIGLO XXI

Arribados a la tercera década del siglo XXI, las grandes empresas transnacionales monopolizan sectores enteros de las cadenas productivas globales, el capital financiero ejerce su influencia dominante sobre el conjunto de la economía, la exportación de capitales originarios de los principales imperialismos definen los rasgos predominantes de la dinámica económica global, la internacionalización de la economía marcan la emergencia nuevas potencias, y las disputas hegemónicas marcan el paso de las tensiones y las alianzas internacionales. Para adentrarnos en este debate y problematización sobre el imperialismo contemporáneo recuperamos tanto los principios teórico-metodológicos del marxismo como los distintos abordajes y construcción de categorías que dieron cuenta de un fenómeno social geográficamente complejo e históricamente cambiante. Los orígenes y el desarrollo de la noción de imperialismo se remontan a la segunda mitad del siglo XIX, cuando era utilizado para designar negativamente la política agresiva de las grandes potencias. En el partaguas de los siglos XIX y XX, la disputa interimperialista llevada adelante por las principales potencias colocó al mundo en tensión y, ya iniciado el siglo XX se elaboraron una serie de teorías del imperialismo que procuraron dar cuenta de la dinámica que



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

adoptaban la economía mundial y las relaciones internacionales. El incremento de los antagonismos desembocó en un episodio catastrófico de dimensiones por entonces desconocidas: la Primera Guerra Mundial (1914-1918). Por entonces, distintas interpretaciones tanto fuera (Hobson, 1902) como dentro del marxismo (Hilferding, 1963; Luxemburgo, 1913; Kautsky, 1914; Bujarin, 1915, Lenin, 1916; Trotsky, 1921/1939) dieron cuenta de la cuestión imperialista. Los principales debates pioneros giraron en torno a la inevitabilidad o no de las guerras interimperialistas, el carácter preponderantemente político u económico del fenómeno, la continuidad de la concurrencia o su limitación frente al predominio de los monopolios, y la preeminencia industrial o financiera del imperialismo. En ese debate pionero se destacó el énfasis de Lenin en el carácter predominantemente económico del imperialismo sobre la perspectiva política de la tesis ultraimperialista de Kautsky. Esta última perspectiva sería retomada parcialmente considerando especificidades de cada momento por Magdoff, Varga, Hard y Negri. Así, esas perspectivas se desarrollaron en un contexto histórico diferente a los debates pioneros. A partir de la crisis de la década de 1930 y, particularmente de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) hasta los primeros años de la década de 1970, el desarrollo del capitalismo encontró en el modelo fordista un reajuste del modo de organización del trabajo que combinaba la producción masiva, la expansión del mercado de consumo, expansión de derechos laborales y la vinculación de las relaciones de producción a bases nacional-estatales. Con el fin de la Segunda Guerra Mundial, las relaciones políticas de los principales centros capitalistas cedieron lugar a un intervencionismo estatal que propugnaba un pacto entre las clases sociales, dando origen al denominado Estado de Bienestar (Osório, 2018). En el plano internacional, los Estados Unidos ejercieron su hegemonía sobre el mundo capitalista en un escenario bipolar marcado por la consolidación de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Asimismo, los procesos de descolonización derivaron en que el fenómeno de la dependencia pasó a generalizar las formas de subordinación nacional al imperialismo (Romero, 2016). Magdoff sostuvo la tesis del superimperialismo de los Estados Unidos sobre la base del ascenso hegemónico de las corporaciones monopolistas norteamericanas, mediante la cual se entendía que esta superpotencia pasaba a desplegarse como organizadora del capitalismo mundial y limitante de la capacidad de respuesta autónoma del resto de los Estados (Magdoff, 1978 [1969]). El húngaro Eugen Varga argumentó que la unidad capitalista se trataba de una coalición en la que los capitales estadounidenses debían consensuar con sus principales competidores - europeos occidentales y japoneses- la dirección de la economía mundial (Varga, 1968). A partir



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

de la Crisis del Petróleo (1973) y fundamentalmente con la implosión de la URSS y los regímenes de Europa Oriental se inauguró un nuevo período de reflexiones teóricas. La crisis desencadenó el rompimiento de los esquemas de consumo de masas y el Estado de Bienestar. Una acelerada transformación tecnológica incidió en diferentes áreas dinámicas de la producción capitalista y nuevas formas de organización del trabajo. En paralelo, el mundo presenció la crisis y recuperación relativa de la hegemonía estadounidense (Osório, 2018). Hard y Negri (2000) enfatizaron el fin del imperialismo y el dominio del “imperio”, al cual ellos consideran descentrado y sin comando de ningún Estado-nación. El poder de las transnacionales los lleva a los autores a considerar que existe una red transnacional de poder, encima de todas las naciones, y donde los Estados pierden fuerza ante la uniformización de reglas globales. En ese escenario de recuperación hegemónica de la superpotencia norteamericana, los estudios sobre el imperialismo estadounidense intentaron destacar los rasgos fundamentales del poder de esos capitales y su Estado. Así, Panitch y Gindin (2004) consideran que, desde la Segunda Guerra Mundial, los Estados Unidos constituyen un poder imperial que maneja el direccionamiento de los capitales y de la fuerza militar. Asimismo, Meiksins Wood (2005) examinó la posición dominante de los Estados Unidos, que a juicio de la autora constituye el único imperio genuinamente capitalista, destacando que sus mecanismos de dominación los ejecuta predominantemente con métodos de coerción económica. Esta investigación se plantea la resolución de interrogantes generales que están relacionados con la estructura y la dinámica global del capitalismo en una perspectiva totalizadora que comprende la unidad dialéctica entre economía y política. Un primer eje problemático tiene que ver con la comprensión de la conflictividad internacional y el fenómeno de la inevitabilidad o no de la guerra interimperialista en el siglo XXI. Concretamente, nos preguntamos: ¿la guerra interimperialista es inevitable o, por el contrario, pueden existir condiciones de la dinámica capitalista que limiten las posibilidades de estallidos bélicos? Un segundo es sobre la estructura del capitalismo global: ¿se trata de grandes potencias que presentan un grado de integración que da lugar a un solo imperialismo o se mantiene el predominio de las contradicciones que implican considerar diferentes centros imperialistas? Un tercer nivel de inquisición refiere a la transición hegemónica y la emergencia de nuevas potencias: ¿la hegemonía de los Estados Unidos está en crisis? ¿Cuáles son las perspectivas de un desplazamiento de la hegemonía a China? ¿Cómo categorizar la emergencia de potencias menores a partir de la creciente tendencia a la internacionalización de las empresas?



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira – UERJ; Coautores: Marcos do Vale Araujo; Lucca Gianinni Palermo Moreno Belfi – UERJ. Imperialismo Brando e Neoliberalismo: A ascensão da extrema-direita e os impactos da globalização na crise brasileira contemporânea.

A globalização é um fenômeno político, econômico e social amplo que mobiliza a atenção de acadêmicos e políticos ao redor do mundo há um certo tempo, sobretudo no que diz respeito à chamada ‘hiperglobalização’ inaugurada nos anos 1990. Originalmente vista com demasiado otimismo, em um sentido meramente evolutivo, a globalização era tida como uma etapa natural do progresso humano, onde o avanço da ciência e tecnologia permitiria a maior interação e integração entre povos e comunidades ao redor do mundo. Com o crescente papel desempenhado pelos Estados Unidos da América no pós-Segunda Guerra Mundial, teóricos das Relações Internacionais no campo da Economia Política Internacional imbuíram-se da tarefa de analisar e teorizar os rumos do Sistema Internacional. Os defensores da chamada Teoria da Estabilidade Hegemônica acreditavam que seria necessário a presença de uma única potência hegemônica capaz de manter a estabilidade do sistema, viabilizando o comércio e as interações interestatais. São muitos aqueles que, ainda na conjuntura atual, defendem a possibilidade de existência de um “império benigno”, uma potência que atuaria de forma benevolente para a manutenção paz e estabilidade global. Esta é uma interpretação que, embora envolta de ingenuidades, ainda é defendida não só por acadêmicos, mas por políticos e membros da sociedade civil. Este é o lado da fábula da globalização, da crença inalienável dos seus benefícios que cercou o pensamento político e econômico no fim do século XX. Entretanto, em especial desde a crise econômica global de 2008, é crescente o pensamento mais moderado e minimamente crítico acerca dos malefícios causados pelo paradigma globalizante, até mesmo no mainstream do pensamento econômico. De todo modo, ele não se mostra suficiente, estando envolto em contradições que acabam por alienar a opinião pública acerca das raízes estruturais dos problemas do capitalismo contemporâneo. Ao observarmos, então, a globalização sob uma lente majoritariamente crítica, é possível observar a integração feita entre sociedades em etapas diferentes do avanço produtivo, com níveis de complexidade econômica divergentes que levam a padrões de concentração e dependência econômica nunca antes vistos. Um dos elementos centrais para o entendimento desta dinâmica é a consideração da progressiva ascensão do neoliberalismo enquanto ideologia e modelo de governança, tendo sido responsável justamente por esta institucionalização e expansão dos fluxos de pessoas, capitais e informações tão característicos da globalização. Concomitante ao fato de que essa intensificação de fluxos foi encarada com otimismo durante o



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

último século, ao passo de terem surgido visões de que a humanidade teria alcançado seu estágio último de desenvolvimento e progresso, não tardou até que as contradições do processo da globalização se mostrassem claras, assim como o próprio esgotamento da ideologia neoliberal, antes vista como uma das ideologias mais bem sucedidas da história. A produção de classes favorecidas e integradas às cadeias globais de produção, e de classes marginalizadas alheias a esses processos, bem como a desintegração de vínculos sociais e coletividades, servem de estímulos para a ascensão de uma gama de mobilizações anti-establishment, majoritariamente de orientação político-ideológica de extrema-direita. Contudo, um elemento característico destas mobilizações, em comparação com outros períodos históricos de descontentamento social nos estados-nação, é o certo caráter brando por elas reproduzido. Diferentemente de históricas revoluções anti-imperialistas que lutavam contra atores estatais declaradamente e empiricamente imperialistas, a globalização operacionaliza e viabiliza uma forma de imperialismo brando, informal, capaz de garantir a coesão entre as massas que originalmente iriam se rebelar contra os impérios que mantinham colônias através do uso da força. Esta especificidade é característica da atual configuração do capitalismo contemporâneo, onde a financeirização desempenha um papel político, econômico e intelectual fundamental de blindar os impérios informais de críticas e revoltas diretas, garantindo uma ordem hegemônica robusta e resiliente, capaz de cooptar coletividades nacionais antagônicas que fortalecem o status-quo. Em outros termos, aqueles que se julgam críticos de atores ‘globalistas’ ou ‘pró-establishment’ acabam por viabilizar, reproduzir e enaltecer ideologias que fortalecem estes mesmos ‘inimigos’ por eles evidenciados. O caso brasileiro é particularmente sintomático desta conjuntura, no sentido de que, pelo menos desde o início dos anos 2010, foi possível verificar como um conjunto de forças reacionárias ascenderam no âmbito da sociedade civil e política, contribuindo para consolidação do atual governo de Jair Bolsonaro. Neste período, estas forças foram capazes de se articular frente ao cenário de crise política e econômica instaurado no país, capitalizando em cima dos ressentimentos da população em um contexto de escândalos de corrupção e aumento dos índices de desemprego. No entanto, apesar das narrativas mobilizadas por intelectuais desta mobilização ampla - notadamente o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho - terem se centrado na criação de uma imagem hostil das instituições políticas e dos antigos governos, e principalmente das elites ‘globalistas’ que estariam minando o projeto de Nação, é evidente que este movimento reacionário não objetiva, de fato, materializar uma alternativa contra-hegemônica àqueles que se beneficiaram diretamente do processo de hiperglobalização. Pelo contrário, as ideologias que os

mobilizam em nada derivam de um caráter genuinamente emancipador, libertador, acabando por apenas reafirmar uma estrutura que favorece o status-quo de influência e poder de elites transnacionais capitalistas. A partir deste ponto, entende-se que a ascensão do movimento reacionário de extrema-direita no contexto político brasileiro não estabeleceu as bases para resistência aos efeitos da globalização e de formação de uma estrutura social alternativa. A partir do panorama conceitual oferecido pela Teoria Crítica Neogramsciana, é possível desvelar os processos que contribuíram para a ascensão da atual extrema-direita brasileira e de que forma eles se inserem em um contexto de crise da ordem mundial liberal e da globalização. A partir dos aportes teóricos neogramscianos, bem como da literatura brasileira crítica acerca da referida crise, é possível verificar uma convergência de interesses entre setores da sociedade brasileira e grupos capitalistas transnacionais, de modo a (re)compor um bloco histórico alinhado com as dinâmicas da ordem (neo)liberal posta e ascendida desde os anos 1990. Nessa linha, conceitos como ‘bloco histórico’, ‘estrutura’ e ‘hegemonia’ são centrais para a compreensão das transformações em curso na ordem mundial e seus corolários no contexto brasileiro.

Pedro Peña Barbosa Pereira (UFBA). Democracia, acumulação de capital e leis de propriedade intelectual.

A partir da minha pesquisa de mestrado e dos meus interesses no doutorado, abordarei, a partir das elucubrações neoliberais, em específico a via ordoliberal e a via austríaca, como se pode entender a estrutura democrática para acumulação do capital. De outro modo, a democracia entendida como império da lei (Hayek) ou como um código de trânsito (Lippman - melhor elaborado pela via neoliberal alemã) se propõem, não somente em balizar juridicamente as novas formas de acumulação, como, também, incentiva a própria (acumulação). Um exemplo máximo dessa metástase entre capitalismo e sistema jurídico, a partir desse cenário teórico, seria as leis de propriedade intelectual, as quais vão permitir ao capital acessar novas formas de acumulação. Eixo, do qual, a minha pesquisa de doutorado se interessa em analisar. Dessa forma, podemos iniciar os debates a partir do sistema geral de reprodução do capital (d-m-d'), em específico as novas maneiras que o capital vai encontrar de se valorizar. Como se sabe, a acumulação do capital está intrinsecamente ligado aos avanços tecnológicos, e a disputa por esse avanço, a disputa pela inovação tecnológica, é cada vez mais acirrada no processo histórico. A busca por mais valia-extraordinária sempre foi um ethos do capitalismo, contudo o tempo entre a mais valia-extraordinária e mais valia relativa foi se encurtando pela disseminação tecnológica pelo



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

globo. Pelo menos até a formalização da TRIPS, acordo internacional realizado logo após a queda do muro de Berlim que formalizou as leis de propriedade intelectual em um capitalismo financeiro global. Logo, mesmo que a mais-valia extraordinária seja cada vez mais alcançada pelos agentes de fomentação tecnológica (economia 4.0 ou economia do conhecimento) a sua duração vai ser cada vez menor, como a tendência de monopolização causadas pelas leis de propriedade intelectual, agora formalizadas forma de global, seja um fato. Com tais problemáticas e a partir dessas categorias marxista de análise, entraremos com a teorização dos neoliberais, a saber a via alemã (ordoliberal) e a via austríaca (Hayek, Von Mises e etc.), sobre as suas perspectivas sobre o direito, Estado e laissez-faire. As quais vão se estruturar junto ao desenvolvimento do sistema legal democrático a partir do pós-guerra, vindo até os dias de hoje. Importante frisar que essa articulação não é feita pelos neoliberais, o conceito de democracia não é uma chave para entender o neoliberalismo, mas sim como a teorização sobre direito e Estado se entrelaçam com o desenvolvimento da democracia ocidental. Tal articulação teórica, que vai de Karl Marx à Michel Foucault, nos permite, para além de uma crítica as democracias ocidentais, uma análise das leis de propriedade intelectual na contemporaneidade e as novas formas de acumulação balizadas em um sistema jurídico-legal. Neste ponto, partiremos do conceito de Laymert GARCIA DOS SANTOS, o qual nomeia essa nova forma de acumulação como virada cibernética. Essa nova forma de acumulação se entende a partir da valorização do capital no aspecto informativo da realidade. O qual, hipoteticamente, se inicia a partir dos anos de 1970 (GARCIA DOS SANTOS) com as transformações tecnológicas no campo da biotecnologia. Tais transformações articuladas e incentivadas pelas leis de propriedade intelectual, em um capitalismo financeiro e global, caracterizam essa nova forma de extrativismo econômico, o qual podemos chamar de capitalismo informacional ou de biocapitalismo. Por ser uma pesquisa em andamento, as nossas intenções nesse colóquio seria explicar sobre esses arcos teóricos e problematizar as leis de propriedade intelectual, de forma introdutória.

Poliana Garcia Temístocles Ferreira – UFSC. O Banco Mundial e o intervencionismo educacional no Brasil: a escola na era das crises.

Publicado em 2011, o documento oficial do Banco Mundial intitulado “Alcançando a educação global no Brasil” (tradução própria do original “Achieving World-Class education in Brazil”) sumariza as diretrizes oficiais para a educação, tomadas como referência pelo Ministério da Educação (MEC) brasileiro. Este documento é apenas mais uma manifestação de mais de vinte

anos de intervencionismo do grupo Banco Mundial no processo de reforma financeira da educação, o que reflete a importância da produção de conhecimento para o capitalismo global. A reforma educacional nasce da tentativa de “uso racional dos insumos educacionais”, sob a justificativa de otimizar os gastos sociais em educação e promover as parcerias público-privadas no âmbito educacional (SHIROMA, et. al, 2007). Assim, emergindo de um longo histórico de intervenção educacional via projetos de financiamento e políticas educacionais, o Banco Mundial busca capitalizar as atividades educacionais no Brasil, aplicando estratégias para redução de custos e otimização de resultados neste setor. Este objetivo reflete a tendência de privatização dos serviços escolares e a desregulamentação do setor para entrada de investimentos de capital. Neste contexto, buscamos analisar os principais eixos da agenda do Banco Mundial para a educação brasileira, com destaque para a formação docente, que prevê um maior período probatório, aumento da supervisão em sala de aula e maior rigidez nos critérios de seleção para treinamento docente (BRUNS, et al, 2011). Com isso, argumentamos que a reforma educacional do Banco Mundial consiste em atacar os principais eixos do processo de aprendizado, tendo na formação docente uma dupla estratégia: garantir a disseminação ideológica dos conteúdos curriculares embasados na doutrina liberal; promover a readequação trabalhista no setor educacional, elevando os critérios de qualificação docente e excluindo aqueles que não cumprirem os requisitos previstos nas diretrizes oficiais. Um dos resultados deste processo de intervenção é a instrumentalização da educação com o objetivo de impactar o mercado de trabalho, isto é, contribuindo para a formação de trabalhadores flexíveis e facilmente adaptáveis às novas condições de trabalho na atualidade (MOREIRA, et. al, 2020). Outro aspecto que ressoa a partir da agenda oficial de 2011 é o enfoque nas políticas educacionais em áreas consideradas vulneráveis e com altos índices de pobreza. A intenção de tais políticas é justamente capacitar populações vulneráveis para a atuação no mercado de trabalho, inserindo-as na dinâmica econômica, o que contribui para o aumento do contingente de trabalhadores flexíveis, adaptáveis e com múltiplas capacidades para as novas demandas do mercado. Nos termos de Pronko (2015, p. 95), as novas diretrizes do banco priorizavam o “investimento nas capacidades produtivas dos pobres, principalmente mediante projetos de desenvolvimento rural” o que traz implicações diretas para a educação do campo. Delimitando-se o objeto do presente estudo, bem como a problemática em que este se insere, pretendemos nos embasar na análise do atual contexto de crise do capitalismo global, o que traz severas implicações para a classe trabalhadora – e docente – no Brasil. Nesta conjuntura os agentes globais do capital, em associação ao governo federal,

têm liberdade para executar as políticas que embasam o processo de financeirização da economia brasileira, transformando o setor da educação em campo de disputa de capitais privados. Assim, a reforma educacional promovida pelo Banco Mundial implica a “metamorfose da escola em mercado”, atribuindo a esta um caráter utilitarista e submetendo-a aos princípios mercadológicos (LAVAL, 2019). Por fim, após caracterizar o contexto que embasa a atuação do grupo financeiro, pretende-se responder aos questionamentos acerca da relação entre a atuação do Banco Mundial e o Ministério da Educação Brasileiro, mostrando como a articulação entre as esferas pública e privada se aglutinam na consolidação da dinâmica neoliberal no Brasil.

Tiago Matos dos Santos – UFBA. COMPARAR E PUNIR: BENCHMARKING, GOVERNANÇA GLOBAL E REFORMAS – O CASO DO RANKING EASE OF DOING BUSINESS DO BANCO MUNDIAL

Benchmarking é uma prática transnacional que consiste na aplicação de um conjunto de métricas comparativas do desempenho de atores estatais e não-estatais em uma diversidade de áreas da governança. Entre os indicadores globais de performance mais comuns estão os rankings, instrumentos que cresceram substancialmente em número e variedade temática ao longo das últimas três décadas. Além de hospedados em sua absoluta maioria por organizações do Norte global, os rankings globais têm desempenhado um papel interessante como instrumentos indutores de reformas econômico-regulatórias nas economias periféricas, especialmente quando empregados por instituições financeiras internacionais (IFIs). Tomando como estudo de caso o ranking Ease of Doing Business (EDB) do Banco Mundial (2006 – 2021), neste paper argumenta-se que os Benchmarks, longe de meramente informativos ou do caráter pretensamente neutro que buscam emplacar, refletem valores e paradigmas hegemônicos da fase neoliberal do capitalismo contemporâneo, ao passo empregam uma lógica de disciplinamento sofisticada, ancorada no conhecimento especializado (expertise), que no caso da governança global do desenvolvimento tem como finalidade fortalecer um tipo específico de relação entre Estado e Mercado.

Rafaela Mello Rodrigues de Sá – PUC RIO. O Novo Banco de Desenvolvimento e o Conselho Empresarial do BRICS: convergências e interseções.

Com o fortalecimento do agrupamento BRICS, diversos mecanismos de diálogo foram estabelecidos entre os países. A principal iniciativa institucional constituída neste âmbito foi a

fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que visa mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Porém, é importante destacar o arranjo estabelecido em torno dos grupos empresariais, que inicialmente se traduziu na criação do Fórum Empresarial do BRICS, e posteriormente se materializou na formação do Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS), com o intuito de promover os laços comerciais, de negócios e de investimento entre as comunidades empresariais dos cinco países. Se por um lado, as pesquisas sobre a atuação do NBD são realizadas em diversos âmbitos acadêmicos, por outro lado, o estudo sobre o conselho empresarial não vêm recebendo tanta atenção da academia. A partir de uma revisão de literatura sobre Estado, mercado e instituições dentro da área de Economia Política Internacional, a presente pesquisa visa compreender as convergências entre estes dois arranjos, a fim de examinar as dinâmicas entre o banco e o conselho, sob à ótica de reflexões marxistas e gramscianas sobre as relações entre o Estado e os grupos empresariais, possibilitando, assim, novas variáveis e perspectivas a serem analisadas sobre os BRICS. A pesquisa se baseia em contribuições teóricas de diversas perspectivas apontando diferentes dinâmicas entre o Estado e as forças do mercado com o objetivo de localizar o debate dentro do escopo da Economia Política Internacional. A partir de uma breve conceituação do Estado sob a ótica marxista e gramsciana, pode-se avaliar um conceito ampliado deste aparato institucional, considerando as forças sociais como elemento constitutivo. O debate em torno das relações de proximidade ou separação entre a economia e a política remetem às dinâmicas do Estado e das forças de mercado. Dentro desse debate, são avaliadas diversas abordagens, que por um lado, enxergam a possibilidade de separação entre estas estruturas, e outras perspectivas que compreendem o caráter relacional entre a estrutura que forma o Estado e os atores que compõem as esferas privadas, sejam grupos sociais ou empresariais. Essa última abordagem possibilita realizar uma análise mais detalhada sobre os dois arranjos que são objetos da pesquisa. Algumas destas contribuições teóricas também permitem uma reflexão sobre como as forças sociais dentro do Estado configuram efeitos na construção e na atuação de instituições internacionais, favorecendo uma compreensão sobre o NBD, e também sobre as interseções com os grupos empresariais dos países BRICS. Nesse sentido, indaga-se em que medida setores, projetos e temas estratégicos expressados no CEBRICS são convergentes com a forma de atuação e os projetos financiados pelo NBD. Dessa maneira, a pesquisa busca entender o funcionamento do conselho empresarial, conhecer seus membros e presidentes e identificar os canais de comunicação e as formas com que o CEBRICS e o NBD se relacionam. Metodologicamente, a

análise é realizada através do cruzamento entre os projetos aprovados e em operação pelo NBD com os interesses expressados pelos documentos produzidos no âmbito do conselho, a partir de fontes primárias compostas por declarações, documentos e relatórios oficiais, além de discursos, comentários na mídia de executivos dos arranjos e entrevistas. A partir de análises qualitativas, são apresentados interesses e objetivos convergentes no âmbito do CEBRICS e na atuação do NBD, com o intuito de identificar evidências que demonstrem as relações de convergência entre os arranjos através dos esforços discursivos e práticos em direção a cooperações e confluências. Além disso, o mapeamento dos projetos aprovados pelo NBD foi conduzido com a coleta de informações como: países, valores, setores, entidades relacionadas e se são soberanos ou não, possibilitando identificar para onde os investimentos foram destinados em última instância. A partir dessas informações, avaliou-se as correspondências entre as principais empresas e setores do conselho, compreendendo se eles foram, em certa forma, atendidos pelos financiamentos do banco. Nesse escopo, foram identificadas diversas interseções entre os arranjos. Na análise documental nos relatórios do conselho, foram reconhecidas diversas menções ao banco do BRICS, antes mesmo de sua fundação, indicando recomendações e agendas prioritárias que os empresários demandavam. Nesse sentido, o CEBRICS gostaria de ser posicionado como um órgão consultivo do banco, desempenhando um papel construtivo tanto nos quadros preparativos da instituição, quanto no funcionamento do NBD, apresentando sugestões e possibilidades a serem adotadas pelos líderes. Ademais, houve atividades que evidenciaram a aproximação entre os arranjos, como por exemplo a assinatura de um Memorando de Entendimento, além de reuniões conjuntas entre executivos do banco, membros do conselho e chefes de governo dos países BRICS. Outro ponto de aproximação foi a facilitação, por parte da CNI – representante do capítulo brasileiro do CEBRICS – da abertura do escritório regional do NBD no Brasil, com sedes em Brasília e em São Paulo, aumentando assim, significativamente, os projetos financiados para o Brasil. Cabe ressaltar também as diversas demandas que foram atendidas através dos projetos de financiamento aprovados pelo banco, representando convergências de interesses e uma correspondência de setores prioritários entre os arranjos. Nesse sentido, as duas principais pautas de interseção entre eles são a grande demanda por infraestrutura e o grande interesse em investimentos sustentáveis, onde se destacam o setor de transporte, os financiamentos em energia limpa e os projetos de desenvolvimento urbano. É relevante evidenciar que alguns financiamentos do NBD foram realizados para empresas que são membros do CEBRICS, a partir da modalidade de operações não-soberanas, cuja pauta também é incentivada pelo conselho, uma

vez que traz benefícios de financiamentos públicos aos atores do setor privado. Com isso, demonstra-se, assim, evidências que sinalizam para convergências e interseções entre os dois arranjos.

Carlos Eduardo Rezende Landim – STD. O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA CONSTRUÇÃO DO LAWFARE NO BRASIL ENTRE 2007 E 2019.

O tema da corrupção tem marcado o repertório de mobilização de diferentes agentes políticos na América Latina nos anos recentes. No Brasil, a questão ganhou destaque ao ser colocada como causa da crise social, econômica e política contemporânea. O sintoma mais evidente desse processo é a Operação Lava-Jato, deflagrada em 2014. Resultado de uma parceria entre o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, a Operação foi responsável pela investigação de um suposto sistema de fraude em licitações, pagamento de propina e financiamento de campanhas eleitorais por parte de empreiteiras brasileiras envolvidas com a Petrobrás e outras agências estatais e privadas. O combate à corrupção, na forma que assumiu com a Operação Lava-Jato, produziu fortes efeitos políticos e econômicos, e tais efeitos excederam as fronteiras nacionais. Além de enfraquecer sobremaneira o governo Dilma Rousseff, contribuir para o impeachment, e inviabilizar a candidatura do ex-presidente Lula em 2018, a operação abalou boa parte do establishment político em vários países do continente. Há uma literatura recente que busca enquadrar a Operação Lava-Jato e suas consequências políticas em termos de Lawfare, conceito, que vem ganhando destaque em círculos políticos e acadêmicos, relacionado à utilização de mecanismos jurídicos como uma arma não convencional, sugerindo um deslocamento dos princípios que regem a guerra convencional para novas formas de batalha. A noção de Lawfare começa a se difundir imediatamente após os atentados de 11 de setembro com as contribuições do General norte-americano Charles Dunlap, que definiu Lawfare como: “um método de guerra onde a lei é usada como um meio de realizar um objetivo militar” (DUNLAP, 2001). Nos últimos anos, entretanto, o termo tem sido frequentemente empregado para caracterizar ações de grupos formais e informais ligados aos Estados Unidos para operarem em países da América Latina. Essa interpretação propõe o Lawfare como uma tática que utiliza de mecanismos de soft power (ROTHMAN, 2011), dos quais destaca-se a judicialização da política sob o pretexto de “combate a corrupção” contra grupos que ameaçam de alguma forma os interesses do setor público-privado ligado aos Estados Unidos (MOSQUERA e BACHMANN, 2016; ROMANO, 2020; COLUCCI, 2020). Nessa acepção, os aparatos judiciais tornaram-se um

instrumento poderoso a partir do qual é possível implantar, quase sem limitações, estratégias de desestabilização e perseguição política. Este trabalho buscará sistematizar alguns resultados ainda parciais sobre os atores estadunidenses que compuseram a rede de relações formais e informais que foram centrais na concretização do Lawfare no Brasil entre os anos 2007-2019, considerando que tal empreendimento teve como principal expressão o pretexto de “combate à corrupção”. Como objetivos específicos, a pesquisa busca identificar e sistematizar: 1) mapeamento de uma teia de relações de agentes envolvidos nas políticas de combate à corrupção ligados a redes de poder internacionais; 2) atividades informais desenvolvidas pela “elite jurídica” brasileira em conjunto com atores ligados à política externa estadunidense; 3) a relação entre os órgãos institucionais ligados à política externa estadunidense e aparelhos privados de hegemonia, com destaque para os think-tanks, na consecução do Lawfare no Brasil; 4) os objetivos estratégicos que mobilizaram o engajamento desses atores na política nacional durante o período proposto. A metodologia geral será guiada pelo process tracing. Considera-se que tal método permite ao pesquisador avaliar a maneira pela qual as variáveis se manifestam e o contexto em que acontecem, ou seja, permite que a análise vá além do fato em si e chegue às circunstâncias que o causaram. Trata-se de uma pesquisa ainda em andamento e portanto, com conclusões parciais. Os elementos examinados até o presente momento da pesquisa, permitem articular uma dimensão transnacional de “combate à corrupção” às consequências políticas do Lawfare no Brasil. Pretende-se, no desenrolar da pesquisa que deu ensejo a este trabalho, aprofundar o estudo desta dimensão e, também, explorar o modo como as normas internacionais anticorrupção foram incorporadas e operacionalizadas no Brasil. Por fim, as forças políticas hegemônicas não são munidas apenas de potencial bélico e econômico, mas também de ideias. Considera-se que o modelo de luta anticorrupção no Brasil tem correlação direta com a construção ideológica imposta de fora para dentro através de correspondentes internos. Nesse processo, diferentes atores sociais ganham relevância e o exame cuidadoso tanto das motivações, como do da forma de atuação desses agentes torna-se imprescindível.

Ariane Rego de Paiva – PUC RIO. Economia Política do Refúgio: a experiência do acolhimento a venezuelanos/as no Brasil

Há, no plano internacional de proteção aos direitos humanos, a diferenciação e separação fenomênica entre as migrações, sistematizadas em documentos oficiais das agências internacionais. De um lado, os migrantes, vistos como reflexos de processos socioeconômicos e



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

de outro, o refúgio, como instrumento necessário de proteção contra violências e violação dos direitos humanos, apartado das reflexões sobre as condições materiais de produção dessas violências e perseguições, como produtos da sociabilidade capitalista. É nas relações desiguais de poder entre Estados que os sistemas de proteção aos trabalhadores migrantes e aos refugiados, vão desempenhar funções econômicas, políticas e diplomáticas, de acordo com referenciais do direito e de agências internacionais, sendo estas expressões das relações de forças dos poderes militares, econômicos e sociais dos Estados (MASCARO, 2013). Para Mascaro, “as formas políticas e jurídicas, nacionais e internacionais, antes de serem formas de contenção da exploração, são justamente as formas que constituem e permitem a exploração capitalista no plano mundial” (MASCARO, 2013, p.104). As agências internacionais e os Estados evocam o trabalho e o direito socioeconômico para diferenciar os grupos de migrantes internacionais: são os migrantes econômicos, ou voluntários, que estão em busca de melhores condições de vida; e os migrantes forçados ou involuntários, que precisam de ajuda humanitária pois estão fugindo de guerras e/ou perseguições. Dentro desta polarização, existe uma miríade de categorias migratórias, que leva a uma variedade de configurações das políticas de acolhimento e de segurança, e envolve uma verdadeira economia política das migrações, e no caso deste estudo, damos foco à economia política do refúgio, com sua mercantilização e exploração da força de trabalho sob condições de precariedade e provisoriedade (que caracterizam as políticas de acolhimento aos sujeitos refugiados). Buscamos o estudo do caso particular da migração venezuelana para o Brasil, que iniciou em 2015, para identificar o que estamos chamando de uma “economia política do refúgio”. Desde 2018 o governo brasileiro tem desenvolvido o programa Operação Acolhida na fronteira entre Venezuela e Roraima, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, que visa a organização/segurança fronteiriça, o abrigo dos sujeitos migrantes e a interiorização para outros estados brasileiros, para “desafogar” o estado de Roraima. Além de promover uma grande circulação de instituições que operam na política de abrigo e ajustamento da condição migratória dos cidadãos e cidadãs da Venezuela, a política governamental é responsável por incluir os sujeitos aos meios de vida no Brasil, ofertando moradia, trabalho e acesso a outras políticas públicas. No campo dos estudos do refúgio (refugee studies) e/ou das chamadas migrações forçadas, um dos elementos centrais para se compreender as questões que envolvem as migrações transnacionais é o sistema internacional e as relações políticas, econômicas e diplomáticas entre os Estados, características de uma configuração mundial estadocêntrica. Na pauta do mainstream da disciplina de Relações Internacionais, as



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

relações de dominação entre Estados e governos acabam sendo abordadas através de um privilegiado viés politicista, sem vínculos com o capitalismo e com as lutas de classes (BUGIATO, 2020). A categoria de migrantes reproduz as determinações de classe. Os grandes fluxos migratórios se processam de países da periferia do sistema internacional para o centro (Sul-Norte) ou da periferia para a periferia (Sul-Sul). São expressões da divisão internacional do trabalho e das formas de dominação e exploração no cenário internacional. São expressões de crises econômicas, políticas e sociais que afetam os países, e são acompanhadas por fechamento de fronteiras, leis draconianas quanto às migrações, que não só buscam frear os deslocamentos, mas interferir no modo de regulação (proteção/desproteção) da força de trabalho, em um sistema de reprodução concorrencial entre os Estados em benefício das lutas pela valorização do valor (MASCARO, 2013). Desde o início da intensificação do deslocamento de venezuelanos ao Brasil, sua condição migratória foi matéria de debates, disputas e conflitos sobre a ajuda humanitária, se era uma questão de refúgio ou de migração econômica. Além do uso político e ideológico utilizado no discurso contra o comunismo na Venezuela, o processo de acolhimento dos venezuelanos tem implicado em ganhos socioeconômicos para a região de Roraima, conforme pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com OBMigra e a Universidade Federal de Roraima (FGV, 2020). De 2018 até 2020, quando a pesquisa foi realizada, o governo federal já tinha autorizado mais de R\$ 500 milhões para os serviços de acolhimento e ações emergenciais da Operação Acolhida. Sabe-se que os migrantes se encontram em maiores vulnerabilidades quanto ao ingresso em trabalhos desprotegidos, inclusive análogos à escravidão. De acordo com reportagem do Jornal Brasil de Fato, de 20 de julho de 2021, a agência de dados independentes Fiquem Sabendo levantou que, em julho do mesmo ano, pelo menos 31 pessoas venezuelanas haviam sido resgatadas do trabalho escravo no Brasil, sendo 17 delas no estado de Roraima. Se para separar os migrantes econômicos daqueles outros “merecedores” da proteção humanitária se evocam as guerras, perseguições, e as violações de direitos humanos, e a exclusão das necessidades socioeconômicas, isso imediatamente se desfaz quando os Estados acolhedores recebem os sujeitos solicitantes de refúgio. O trabalho, como forma de sociabilidade capitalista, é um dos primeiros elementos dos programas de “integração” para garantir a sobrevivência dos migrantes recém-chegados, principalmente pela ausência de benefícios estatais que lhes garantam condições dignas de vida, a mesma ausência de recursos das agências humanitárias. Chamado de “inclusão econômica”, as parcerias públicas e privadas realizadas pelo intermédio do ACNUR estão voltadas para “garantir autonomia e

autossuficiência da população refugiada”. Em documento publicado em maio de 2022 pelo ACNUR, intitulado: “Iniciativas do ACNUR para inclusão econômica de pessoas refugiadas no Brasil”, a agência internacional promoveu um catálogo de “meios de vida”, que engloba parcerias para empregabilidade, empreendedorismo, inclusão financeira, educação, direitos e informações gerais ao público migrante. O catálogo dispõe de sites de acesso para empresas e organizações empresariais que tenham interesse em contratar migrantes e refugiados, fornece informações sobre capacitações para empreendedorismo em parceria com SEBRAE, parcerias com outras agências internacionais, como a OIM, OIT e ONU Mulheres, e indica microcrédito em parcerias com agências financiadoras. Espera-se contribuir com novas abordagens e perspectivas críticas para se compreender o fenômeno do refúgio, bem como provocar uma aproximação entre diferentes áreas do conhecimento de forma a ampliar as lentes a partir da teoria crítica marxista.

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira – UFRRJ. Colonialismo das ideias – a história do pensamento econômico em questão: Há construção de teoria econômica na periferia?

O processo histórico de desenvolvimento e expansão do capitalismo a partir dos movimentos do colonialismo e do imperialismo forjou como referência de ser humano o homem, branco, ocidental, heterossexual e cis gênero. Tal como neste movimento, o que é tradicionalmente entendido como teoria econômica e contribuições aptas para constarem na história do pensamento econômico (HPE) são as teorias europeias e, a partir do século XX estadunidenses, de matriz liberal e que compõem o que podemos chamar como as teorias dominantes (mainstream) da economia. Assim, marca-se a história do pensamento econômico a partir da contribuição de grandes nomes como William Petty, Adam Smith, François Quesnay, Pierre Le Pesant de Boisguilbert, David Ricardo, Thomas Malthus, Friedrich List, John Stuart Mill, León Walras, William Stanley Jevons, Carl Menger, Alfred Marshall, John Maynard Keynes, Joseph Schumpeter, John Hicks, Milton Friedman, Paul Samuelson, para citar alguns dos nomes mais proeminentes, mas esta lista está longe de se esgotar. As perspectivas de história do pensamento econômico (HPE) que pensam a configuração deste campo do conhecimento como um processo evolutivo, tomando o movimento da história do pensamento como um movimento linear, no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento. A teoria considerada como a fronteira do conhecimento representa, nesta visão evolutiva, o que há de mais avançado naquele campo,



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

reduzindo a história do pensamento econômico à história de uma forma de pensar “vitoriosa” (Arida, 2003). Além disto, o que se projeta como teoria econômica (científica de fato, por mais questionável que essa alcunha possa ser) é generalizada como sendo válida para toda e qualquer experiência econômica, não importando as especificidades do desenvolvimento (capitalista) em cada uma das sociedades nas quais as experiências ocorrem e não importando as múltiplas diferenças e especificidades que esses diferentes processos históricos de desenvolvimento econômico que possam existir. Constitui-se desta maneira, uma história do pensamento econômico sem história e sem espaço para as contradições, controvérsias e disputas. As especificidades das experiências históricas do desenvolvimento econômico ficam relegadas a estudos de caso e a formas de aplicação destas teorias no âmbito das políticas econômicas e o que pode haver de contribuição teórica nestes casos ficam relegadas a pontos menos importantes ou menos científicos da história do pensamento. No entanto, podemos e devemos questionar essa forma de pensar a história das ideias, em geral, e a história do pensamento econômico (HPE), especificamente. Afinal: não foram estas ideias destes tidos “grandes nomes” também forjadas a partir de realidades históricas específicas? Não estavam estes tidos “grandes nomes” preocupados com as questões específicas de seus tempos e da realidade econômica, política e social na qual estavam inseridos? Quando Adam Smith em 1776 apresenta sua análise sobre as causas e a natureza da Riqueza das Nações estava o “fundador” da economia como um campo de conhecimento autônomo preocupado com a riqueza de todas as nações ou a riqueza das nações em abstrato? Ou estava o autor preocupado com os movimentos da riqueza da nação específica da Grã-Bretanha que estava em seu processo de configuração da chamada revolução industrial e de expansão e disputas de seus interesses econômicos e geopolíticos ao redor do mundo? O quanto que há de geral e o quanto que há de específico (histórico, social, cultural e geograficamente) na construção das teorias econômicas? E qual a importância de conhecer e entender as formulações econômicas produzidas a partir das periferias? Há uma grande trajetória de contribuições no campo do marxismo e de suas diversas vertentes que se propuseram a criticar o colonialismo e que associaram esta crítica à crítica do processo de construção das ideias, da ciência, do conhecimento e da teoria. Teorias estas formuladas tanto na aproximação com os movimentos políticos e sociais de luta contra o imperialismo e o colonialismo, ou seja, totalmente conectadas à práxis e formuladas por intelectuais orgânicos(as), quanto teorias formuladas no campo teórico estritamente, mas estas também vinculadas à práxis e a formulação de intelectuais orgânicos(as). O objetivo deste artigo é fazer um mapeamento destas

formulações, em uma contribuição para a história do pensamento marxista anticolonial. Além disto, pretende-se associar estas formulações a uma perspectiva crítica da história do pensamento, mais especificamente, do pensamento econômico, de maneira a contribuir no entendimento do que é teoria econômica e sobre a existência de pensamento econômico e de teorização econômica na periferia do capitalismo, em especial na América Latina. Afinal, as questões econômicas, políticas e sociais da América Latina e de todas as periferias do capitalismo podem ser entendidas a partir das mesmas óticas formuladas para dar conta de compreender as questões econômicas, políticas e sociais dos países centrais do capitalismo? O que nos leva à questão anteriormente levantada neste resumo que se pretende abordar ao longo do artigo: O quanto que há de geral e o quanto que há de específico (histórico, social, cultural e geograficamente) na construção das teorias econômicas? Este artigo se articula à uma pesquisa mais ampla, que está em suas fases iniciais, de compreensão e sistematização da história do pensamento econômico na periferia, partindo do pensamento econômico e social latino americano, e mais especificamente brasileiro. Nesta pesquisa pretende-se questionar, metodologicamente, ideologicamente e historicamente o que se entende como teoria econômica. E a partir deste questionamento, trazer à centralidade da história do pensamento econômico as contribuições em teoria econômica oriundas da periferia, em especial, para a formação e atuação de economistas na periferia do capitalismo.

Marcio José Melo Malta e Icaro Souto Silva Mesquita - Universidade Federal Fluminense.
A contribuição da Teoria da Dependência Marxista como expressão teórica autônoma da América Latina.

O campo das Relações Internacionais é intensamente marcado e construído pelo pensamento de intelectuais principalmente de origens europeias e estadunidenses, o que faz com que o enfoque da área esteja voltado principalmente para questões advindas do Norte Global, o que não traduz a necessidade dos países do Sul Global de terem para si teorias e pensamentos que tragam uma visão de mundo mais condizente com sua realidade. A Teoria da Dependência, nesse sentido, surge como uma alternativa a essa visão do Norte, uma vez que busca analisar e compreender como as relações entre os países do Sul Global, principalmente da América Latina, e os países “centrais” levaram a uma reprodução da desigualdade econômica, além de uma dependência cultural e reprodução de paradigmas, sendo uma teoria importante por trazer uma visão deslocada dos países do Norte Global, e focando-se na visão dos países do Sul Global. Desse



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

modo, a pesquisa tem como um de seus objetivos demonstrar de que forma os autores envolvidos no desenvolvimento dessa teoria buscaram entender os motivos que levam a esse descompasso entre esses países, e qual o papel do sistema capitalista nele. Para isso, o entendimento de seu valor teórico e histórico faz-se necessário. O tópico central da investigação se traduz na busca pela promoção pela retomada dos estudos dos autores da teoria da dependência, bem como demonstrar sua importância no estudo das Relações Internacionais de suas épocas. A partir disso, o objetivo é discutir a teoria surgida no século XX e, a partir da análise do material teórico construído pelos autores, demonstrar que ela pode ser utilizada como a base para o desenvolvimento de pensamentos e da análise científica do capitalismo contemporâneos. O campo teórico da corrente de pensamento fundamentou-se, em seu surgimento, a partir das leituras marxistas, que permaneceram oferecendo aporte para seu desenvolvimento, porém, não se limitou apenas à reprodução de seus ideais, mas também ao desenvolvimento de novos pensamentos, envolvendo campos da economia, sociologia e ciência política das mais diversas tradições, a fim de se formular teorias novas a respeito da desigualdade vigente. O trabalho não se limita somente a descrever como se desenvolvia o pensamento dos teóricos da dependência, mas se dedica a analisar o contexto político-histórico de surgimento da teoria, bem como demonstrar como importantes autores da corrente de pensamento, tais como Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, fizeram suas contribuições. No que diz respeito a esses dois autores, o trabalho destaca suas importantes participações na chamada Teoria da Dependência Marxista. Alguns movimentos na academia contemporânea buscam dar maior enfoque à análise do funcionamento do Sistema Capitalista e seu modo predatório de agir, intensificando as desigualdades e acentuando a distância entre os países do Norte e Sul Global. Tais movimentos procuram analisar e demonstrar o funcionamento das estruturas capitalistas e seu papel na manutenção da dependência. Nesse sentido, urge a importância da retomada dos estudos da Teoria da Dependência, de modo que esta possa contribuir para o entendimento do funcionamento dos sistemas mundiais. Um dos mais célebres autores da Teoria da Dependência, Theotonio dos Santos, em seu artigo “A estrutura da dependência”, publicado em 1970, define a dependência: “Por dependência nos referimos a uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada” (SANTOS, 2011, p.5). Desse modo, percebe-se que essa relação de dependência, conforme citada por Theotonio, se desenrola quando o desenvolvimento de dois países que se relacionam, nesse caso, um dominante e um dependente, estão interligadas, porém, o país

dominante pode se desenvolver plenamente, enquanto o país dependente está refém das vontades da outra parte que exerce a dominação. Ruy Mauro Marini, por sua vez, desenvolve seu pensamento buscando realizar uma leitura do capitalismo a partir de uma visão da América Latina. Trazendo uma abordagem que investiga as origens do pensamento da Teoria, o autor analisa o surgimento da corrente de pensamento de forma autônoma a partir do apogeu pelo qual as Ciências Sociais passaram nas décadas de 60 e 70. Sua contribuição também expande a questão para além da dependência mercantil, estendendo-a à dependência tecnológica e cultural. No que diz respeito à metodologia adotada na produção do trabalho, o levantamento de fontes primárias, concentradas nas obras dos autores citados, e o debate acerca de tais obras se faz de extrema importância. Busca-se realizar uma análise não apenas das ideias, mas também do contexto dos autores e suas obras, de modo a complementar o entendimento das razões que levaram à suas publicações. O objetivo do texto é o de fornecer uma análise teórica acerca das propostas levantadas pelos autores da Teoria da Dependência, buscando alternativas para a continuidade de seu desenvolvimento no campo das Relações Internacionais ao longo do presente século, principalmente a partir de uma visão do Sul Global. A grande quantidade de referenciais europeus e estadunidenses presentes nas teorias das relações internacionais, conforme citado anteriormente, faz surgir uma maior necessidade de que se desenvolvam teorias alternativas que tragam uma visão de mundo capaz de abranger a realidade dos países dependentes. Em síntese, o eixo central da pesquisa está alicerçado em compreender a importância de se erigir uma teoria autônoma da América Latina no campo das Relações Internacionais. E como a vitalidade e rigor metodológico da Teoria da Dependência Marxista pode ser utilizada como uma visão produzida na e para América Latina, auxiliando a possibilidade de um desenvolvimento autóctone para a região. Não cumpre apenas reproduzir ou repetir os cânones de tal movimento, mas sim através de uma força criadora propulsora usar as mesmas ferramentas, mas adaptando às novas configuração dos sistemas mundiais contemporâneos.

Gustavo Gatto Gomes – UFSC. A cadeia mercantil da soja e a hierarquia da economia-mundo capitalista no início do Século XXI.

Resumo expandido: Desde a década de 1970, é perceptível um deslocamento da atividade econômica do Ocidente para o Oriente. O Leste Asiático despontou como um dos principais polos produtivos do mundo, aproveitando-se da conjuntura de reorganização produtiva iniciada

na década de 1970. A China, em especial, desde o início dos anos 2000 ocupou o papel de principal candidato a potência mundial. Até o fim da década de 1970, a China estava isolada e adotava uma economia planificada. A partir de então, há uma transição à economia de mercado e, simultaneamente, um processo de abertura gradual, que culminam no ingresso da China na OMC, em 2001. A partir de então, o crescimento da participação chinesa no comércio internacional cresce vertiginosamente, e observa-se também aumento nos investimentos externos (ainda que em ritmo bem inferior ao do crescimento do comércio). Se para os países do Leste Asiático e a China em particular este período final do século XX foi de ascensão, para a América Latina, parece ter sido de declínio. Foi nesta região que a crise da dívida nos anos 1980 e 1990 foi mais sentida; mesmo países que haviam de alguma forma se industrializado através da substituição de importações, como Brasil e Argentina, voltaram a depender da exportação de commodities (se é que algum dia realmente deixaram de depender). Há quase um consenso na literatura de que a região passa por um processo de desindustrialização. E dentre as principais razões elencadas para tal estão justamente o aumento da concorrência dos produtos chineses, por um lado, e o aumento da demanda por commodities, por outro. Com o aumento das exportações de matérias-primas para a China e maior importação de produtos industrializados, questiona-se se as relações China-América Latina não estariam reproduzindo o padrão clássico de dependência e trocas desiguais. Há uma série de estudos acerca da natureza dos investimentos chineses na América Latina, as motivações destes investimentos, o papel do Estado neles, bem como os efeitos para os países latino-americanos. Boa parte destes estudos, entretanto, ou partem de dados agregados sobre os investimentos chineses, ou tratam questões políticas e econômicas sobre a presença chinesa na América Latina separadamente. Outro tema recorrente e que acaba sendo de uma forma ou de outra inevitável ao se abordar o crescimento da presença chinesa na América Latina é o da “ascensão chinesa” e a possível declínio da hegemonia estadunidense. Há grande discordância sobre esse tema, mas, antes de mais nada, é possível questionar até que ponto o deslocamento do centro da economia-mundo capitalista para o Oriente é real ou superestimado. O objetivo desta pesquisa é apreender as mudanças na hierarquia da economia-mundo capitalista a partir da década de 1970, através da observação das relações China-América Latina. Uma forma de abordar tanto a questão do caráter da presença chinesa na América Latina quanto as mudanças na hierarquia da economia-mundo capitalista é a análise de cadeias mercantis específicas. Obviamente, sendo estudos de caso, suas conclusões devem ser ponderadas. Mas eles podem apontar indícios e novas evidências. Em específico, argumenta-se



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

aqui, a cadeia mercantil se apresenta como objeto particularmente relevante para abordar tais questões. Primeiro, porque, constitui um dos principais produtos de exportações de países importantes da América Latina que haviam sido relativamente bem sucedidos na industrialização via substituição de importações. Segundo, porque é um produto que tem entre seus maiores produtores os EUA, o que leva a questionamentos acerca do que se considera um produto típico de centro ou periferia. Terceiro, porque a cadeia da soja se desdobra em nódulos intensivos em tecnologia (biotecnologia e indústria química, por exemplo), atividades em tese típicas de centro, onde a competição tende a ser mais monopolizada. Ao escolher a cadeia da soja como fio condutor, uma região específica da América Latina será o foco da pesquisa: o Cone Sul, onde a soja é um produto importante. Além do mais, ao abordar estes temas a partir de uma cadeia mercantil, adota-se um referencial teórico: a Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM). Um dos elementos centrais da EPSM é a utilização dos “sistemas-mundo” como unidade de análise, e não os Estados. Os sistemas-mundo são zonas espaço-temporais em que podem estar inclusas diversas unidades políticas ou culturais. No significado que Wallerstein atribui aos sistemas-mundo, o fator de coesão é a divisão de trabalho interna a esta estrutura. Foi justamente para demonstrar o quanto os processos produtivos estavam integrados na economia-mundo capitalista há séculos (em outras palavras, que a “globalização” não é fenômeno recente) que o conceito de “cadeias mercantis” foi inicialmente utilizado. As cadeias mercantis são redes de trabalho e processos produtivos cujo resultado final é um produto acabado. A análise de cadeias mercantis trata de delinear, a partir do consumo, as atividades para trás na cadeia de produção. Para cada um destes processos produtivos, então, é possível se perguntar sobre o grau de monopolização, de dispersão geográfica; qual o tipo de propriedade envolvida neste processo produtivo. As atividades típicas dos países centrais tendem a ser mais monopolizadas e apresentar maiores taxas de lucros, enquanto nas atividades típicas de periferia tendem a ter mais competição e menores taxas de lucro. Além do mais, as cadeias mercantis se modificam à medida que o sistema-mundo também se modifica. Deslocamentos na hierarquia centro-periferia tendem a se refletir em mudanças das empresas que assumem os elos mais lucrativos da cadeia mercantil. Se de fato há deslocamento do centro de acumulação para a China, ao reconstruir algumas cadeias mercantis, deve ser possível ver empresas chinesas ocupando posições de destaque nos elos mais lucrativos e monopolizados. A primeira hipótese desta pesquisa de que apesar de as empresas chinesas terem crescido e ganhado peso internacionalmente, os elos mais lucrativos das cadeias mercantis ainda são dominados por empresas Ocidentais. Ainda que

inegável a maior presença chinesa, parece ser cedo para afirmar que a China se torna o centro da economia-mundo capitalista. A análise da cadeia mercantil da soja permitirá também apreender as relações de trabalho que se encontram na base desta cadeia, além das disputas entre os Estados que ocupam as posições mais periféricas nesta cadeia mercantil. Assim, é possível ter uma perspectiva distinta da “reperiferização” sul-americana. Mais do que o aumento da exportação de soja, a análise das cadeias mercantis permite observar se, por acaso, os países que exportam soja não ocupam também posições mais intensivas em tecnologia. A hipótese aqui é que os países que participam das partes menos lucrativas não estão todos na mesma situação. Alguns deles conseguem adentrar minimamente outros nódulos da cadeia mercantil.

Hugo Cordeiro Mota Pinheiro – PUC RIO. Fluxos migratórios e teoria do valor-trabalho: as expressões da “crise humanitária” internacional sob as transformações das tendências e das legalidades do capital

A crise humanitária tem sua conformação numa diversidade de fenômenos, cujas facetas concernem a questões que envolvem a disseminação de áreas de conflagração de conflito armado, expulsão de populações inteiras de seus locais de origem, formação de fluxos cada vez crescentes de migrantes e refugiados no cenário internacional, a transformação das políticas de acolhimento aos imigrantes (sobretudo dentro dos países centrais) e a ascensão da xenofobia nos países da ponta do capitalismo. Muitas dessas questões podem ser apreciadas sob as perspectivas da posição/função de cada país dentro da divisão internacional do trabalho (DIT), da interferência da política externa dos países imperialistas sobre os rumos dos países dependentes/periféricos, além das mudanças na relação valor-trabalho e na organização dos processos de trabalho. Embora tais perspectivas tenham correspondência com as expressões dos fluxos migratórios contemporâneos – ou melhor, com suas causas e efeitos – não possuem fôlego suficiente para desvelar a sua essência, a saber: a transformação nas cadeias globais de valor e na relação valor-trabalho em escala mundial. Ou seja, partimos da hipótese de que a crise humanitária – considerando suas expressões, causas e efeitos – são conseqüências das mudanças ocorridas nas tendências e nas legalidades pelas quais constituem-se as cadeias globais de valor e a relação valor-trabalho no seio do modo de produção capitalista. Dito isso, partiremos das expressões da aparência do fenômeno, para que posteriormente, ao final deste tópico, alcancemos a sua essência, buscando a relação dialética entre aparência e essência (KOSIK, 1976). Ao estudar as expressões da crise humanitária, de caráter fenomênico-aparente, iniciamos

com o processo de espraiamento de conflitos armados para as diversas áreas do planeta. Vale ressaltar, no entanto, que até mesmo o que consideramos causas da crise humanitária internacional tem o seu ponto de origem, isto é, tem suas determinações fincadas no desenvolvimento histórico-concreto da realidade. De acordo com os dados do Relatório de Migração Global de 2020, realizado pela OIM e publicado pela ONU ainda no ano de 2019, afirma que cerca de 272 milhões de pessoas são migrantes internacionais, o que equivale a 3,5% da população mundial. A expulsão de populações inteiras de seus países tem como uma de suas consequências a criação de fluxos migratórios/rotas migratórias que entram em desacordo com os interesses (geopolíticos e econômicos) dos países imperialistas que estão no centro do capitalismo global. Por sua vez, tal desacordo tem como resposta a criação de legislações migratórias mais rigorosas e a construção de barreiras que busquem dificultar tanto a entrada quanto a permanência dos imigrantes em situação de insegurança de toda sorte (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016). As rotas migratórias dificultadas geralmente estão ligadas às rotas por mar ou terra entre África e Europa, Ásia e Europa, e América Latina aos Estados Unidos. A formação de barreiras e o endurecimento das políticas migratórias também são motivados pela ascensão da xenofobia e pelo combate ao terrorismo interno entre os países imperialistas – com atenção especial para os Estados Unidos. Não obstante, vale a pena fazer duas ressalvas. Por um lado, podemos afirmar que as políticas de acolhimento de imigrantes já passam por um processo de transformação desde a década de 1970, coincidindo com o processo de reestruturação produtiva empreendida entre os países capitalistas, bem como com o cenário de perda de força do bloco socialista europeu e do poder de contraposição que o projeto de modernidade socialista vinha impondo aos países da ponta do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Por outro, se nos países imperialistas, o enrijecimento das políticas migratórias associado à ascensão da xenofobia não é um fenômeno recente, no entanto, encontra em períodos mais recentes uma dinâmica mais acabada e sistematizada, que se articula a práticas racistas históricas nesses países. Ao realizar a discussão sobre as transformações das políticas migratórias e da ascensão da xenofobia, cabe partir para outro nível de abstração, com o qual suscitamos as diferenças entre os locais de origem e de destino dos imigrantes. Ao tratar da relação origem-destino dos imigrantes internacionais, buscamos estimular a discussão das funções dos países na divisão internacional do trabalho (DIT), ou melhor, por que os países de destino cumprem certo papel na DIT e os países de origem cumprem outro. Neste caso, o lugar de cada país na divisão internacional do trabalho, tendencialmente, é o que define se um país



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

será a origem ou o local dos migrantes internacionais. Em outras palavras, é o papel na DIT o que define se um país tendencialmente terá mais emigrantes ou imigrantes. Nestes termos, dentro da DIT, os países imperialistas (que estão no centro do capitalismo global), tendem a lidar com a entrada de migrantes de outros países, em especial oriundos dos países dependentes; por sua vez, se os países se encontram na posição de dependentes, tendem a perceber uma saída maior de parcelas de suas populações para outros países. Este nível de abstração (no campo da geopolítica e da macroeconomia) se articula ao processo de conflagração de conflitos armados, o que significa que a natureza da emigração populacional dos países dependentes está ligada ao seu papel subsumido na DIT e na produção de áreas conflagradas. A emigração dos países dependentes está ligada à busca por condições materiais de trabalho, emprego, renda e de subsistência de forma geral. Até aqui, nos deparamos com os fluxos migratórios e a crise humanitária como consequências tanto da interferência que os países imperialistas praticam nos países dependentes quanto das transformações na ordem geopolítica internacional. Embora ambas as questões estejam organicamente imbricadas, vale ressaltar que as transformações na ordem geopolítica mundial são um fenômeno que exigem outro nível de abstração, pois de tais transformações podemos desenrolar o novelo para alcançar a essência dos fluxos migratórios internacionais e da crise humanitária: as mudanças nas cadeias globais de valor e na relação valor-trabalho. Essas dinâmicas da migração expõem, na verdade, sua conexão com as transformações no grau de acumulação e no padrão de reprodução do capital. Aqui concebemos as transformações constituídas no capital e pelo capital como a essência dos fenômenos migratórios. Neste ponto, começamos a fazer uma ponderação acerca daquilo que Mészáros (2011) tratou como o desenvolvimento sócio-metabólico do capital, partindo do exaurimento da estrutura taylorista-fordista ao agravamento da estrutura toyotista conforme o seu avanço entre a década de 1970 e a entrada do século XXI.

Nathan Moraes Pinto da Silva – UERJ. Por uma Análise de Política Externa crítica: a concepção gramsciana do Estado ampliado como ferramenta de análise do processo decisório em política externa

A Análise de Política Externa (APE) é uma sub-área das Relações Internacionais dedicada ao estudo da conduta e prática das relações entre atores (principalmente, mas não exclusivamente, Estados) no sistema internacional. Uma das principais formas de se inserir neste campo é a partir do estudo do processo decisório em política externa dentro de um Estado, bem como dos atores

nele envolvidos e das diversas fontes que o influenciam. Uma grande parte dos trabalhos na APE foca na análise das ações de atores estatais, como chefes de Estado, além das interações destes com a burocracia estatal e outras instâncias governamentais. Neste sentido, é comum a concepção da política externa como pura expressão de um “interesse nacional” formulado por atores inseridos na burocracia estatal, sem interferência externa. Exceção são os trabalhos que se inserem no campo a partir de uma perspectiva crítica, olhando para além dos atores estatais já mencionados, analisando a ação política de grupos econômicos e frações de classe que interagem com o Estado propriamente dito e seus interesses. Dentro da APE, existem modelos de análise clássicos que vão além da ação dos tomadores de decisão propriamente ditos, como os modelos conceituais de Allison e o modelo dos jogos de dois níveis de Putnam. Ainda assim, a sua eficiência para analisar a participação de atores localizados fora do aparelho de Estado propriamente dito, como o empresariado, é limitada. Há, ainda, dentro da APE, uma literatura específica sobre a atuação de grupos de interesse e sua influência no processo decisório em política externa. Contudo, grande parte desta literatura parte da análise da experiência norte-americana e das suas especificidades, como o fato de que naquele país o lobby governamental é regulamentado. Após a constatação de que a literatura canônica da APE é insuficiente para analisar processos como por exemplo a influência do empresariado no processo decisório de política externa de um país, constata-se a necessidade de construção de um referencial teórico para analisar a política externa a partir de uma perspectiva crítica, levando em conta classes (e frações de classes) sociais e interesses privados como elementos de análise. Para tal, encontra-se no pensamento de Antonio Gramsci – e principalmente, na sua concepção do Estado em sentido ampliado – um possível caminho para a incorporação destes elementos em um potencial referencial de Análise de Política Externa em perspectiva crítica. O teórico italiano se debruçou sobre as relações internacionais e sua relação com o contexto político doméstico, ao afirmar que estas “reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas”. As teorias e conceitos gramscianos têm sido utilizadas nas Relações Internacionais (sobretudo, a partir das contribuições de autores como Robert W. Cox) para analisar uma série de temas, mas é rara a utilização destes conceitos (e em especial a sua visão sobre o Estado) na análise do processo decisório em política externa. A concepção de Estado em Gramsci, uma das suas mais relevantes contribuições teóricas, se dá em seu sentido ampliado. Gramsci se contrapõe à leitura dos autores contratualistas do aparato de Estado como ente separado do resto da sociedade. O autor postula que a distinção entre as duas estruturas é um “erro teórico”, e que sociedade civil e Estado “se



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

identificam na realidade dos fatos”, e por isso, o Estado deve ser compreendido em sua totalidade – a partir da soma da sociedade política e da sociedade civil. Cox traz para as Relações Internacionais elementos esta crítica da noção de Estado, também presente nas teorias dominantes na disciplina. Uma das principais críticas do autor às teorias dominantes é a sua concepção do Estado e da sociedade como esferas de atividade separadas, além do tratamento da política externa como expressão pura dos interesses estatais. Para Cox, Estado e a sociedade civil se interpenetram, e estes conceitos se tornaram quase “puramente analíticos” Assim, inspirado em Gramsci, o autor propõe a utilização do “complexo Estado-sociedade” como entidade básica das relações internacionais, diferente das ditas “teorias de solução de problemas”, que partem do Estado em sentido estrito. No entendimento de Gramsci, a sociedade política é o Estado em sentido estrito (também chamado de “Estado político” ou “Estado-governo”), composto pela administração pública e pela burocracia estatal (aqui se incluem, por exemplo, os diplomatas) e os aparelhos responsáveis pela coerção, como as forças policiais e militares. Por sua vez, a sociedade civil pode ser caracterizada pelo conjunto de organismos privados que participam da vida pública e cuja adesão se dá por meio do consenso, como associações privadas, partidos, imprensa, sindicatos, o sistema educacional, entre outros. Quanto à extensão da definição do Estado em seu sentido ampliado ao contexto da política internacional, Cox afirma que, após a incorporação da noção gramsciana de Estado, este continua sendo a entidade básica das relações internacionais. O que muda, no caso, é o próprio conceito de Estado, que passa a incluir a sua própria base social, levando em conta as suas diversas dinâmicas internas. Desta forma, fica claro que aqui o Estado não é caracterizado como “sujeito”, reduzido à burocracia estatal e/ou às suas capacidades militares e muitas vezes tratado como unitário e racional, como na maioria das teorias de solução de problemas e modelos clássicos da APE. Por outro lado, também se rejeita a noção presente no materialismo histórico clássico do Estado como “objeto”, sempre agindo dentro e fora das suas fronteiras como mero instrumento das classes dominantes – nas palavras de Marx e Engels, “tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. A definição aqui considerada é a do Estado como relação social, presente em Gramsci e também elaborada por outros autores marxistas como Poulantzas. Neste sentido, a definição de políticas estatais – como a política externa – é resultado das dinâmicas sociais que ocorrem entre os grupos (classes sociais e frações de classe) que compõem o Estado em seu sentido ampliado. Quanto à aplicação da concepção do Estado ampliado na Análise de Política Externa, propõe-se aqui uma utilização não apenas teórica do conceito, mas também metodológica, pelo seu

potencial de fomentar a investigação do processo de formulação de políticas estatais – como a política externa – para além das instâncias burocráticas, além da sua utilidade na análise da representação de interesses privados. Parte-se do princípio de que grupos económicos como o empresariado são atores interessados na formulação da política externa, e principalmente das políticas de âmbito comercial, como de exportação e importação, promoção comercial, financiamentos, empréstimos, investimentos diretos, entre outras. Ainda que este não participe diretamente do processo de tomada de decisão final, estes possuem canais de transmissão estabelecidos com os atores que dele participam, e assim, seus interesses e demandas podem ser levados em conta no processo de formulação. Por isso, suas motivações, posições e preferências devem ser levadas em conta na análise do processo decisório.

Bernardo Kocher – UFF. DE BANDUNG A BRASÍLIA: O PAPEL DO TERCEIRO MUNDO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. (1955-1979).

Quando em 2 de fevereiro de 2022 Vladimir Putin e Xi Jin Ping reuniram-se na abertura das Olimpíadas de Inverno em Pequim anunciando que estava em marcha uma nova ordem política internacional, pautada no multilateralismo, repetiam, de certa forma, eventos ocorridos cerca de setenta anos antes. Muitos pontos em comum e diferenças podem ser notados entre o ocorrido em abril de 1955 e a declaração de meses atrás. Na cidade indonésia as resoluções e a evolução do processo político surgido daí eram imprecisas e incertas, dependendo das consequências de duas fortes tensões internacionais: a Guerra Fria e a Descolonização. No tempo presente o ponto de partida embora mais assertivo e em condições materiais mais sólidas para se contrapor ao resiliente poder imperial de dominação económica, política e cultural da Europa e dos EUA, guarda uma fragilidade intrínseca: a manifestação de uma proposta de uma nova ordem internacional provém de apenas dois governos. A declaração conjunta de fevereiro próximo passado, diferente dos dez pontos presentes nas Resoluções da conferência de 1955, não apontam no seu ponto de partida a formação de uma comunidade que sustentaria um sistema internacional não conduzido pela bi-polaridade. Com este ponto de partida, pretendemos refletir sobre o papel do Brasil e de sua política exterior neste contexto de imensas tensões. O objetivo mais preciso da presente comunicação é a análise da política externa brasileira em relação a um ente social específico, o Terceiro Mundo. Tornando ator relevante a partir do histórico encontro em Bandung, está presente desde o seu surgimento como um “lugar” na política externa brasileira, e com muito mais relevância no período 1955-1979. Neste período a diplomacia brasileira construiu



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

pontes e ações para instalar o país num locus específico dentro do projeto político delineado em Bandung. A organização política dos países da África, Ásia e América Latina criou instituições, ideários econômico e político além de ações diplomáticas, executadas em comum por um grande número de nações dos três continentes. Estes confrontaram as normas de funcionamento da vida política e econômica internacionais definidas nos anos quarenta, ao final da 2a. Guerra Mundial. Naquele momento o processo de descolonização não havia deslanchado e nem as decisões tomadas naquele momento foram influenciadas pela bipolaridade nas relações internacionais. Partindo do alinhamento construído com os Aliados ao tempo da 2a. Guerra Mundial, a política externa brasileira afastou-se (relativamente) das premissas definidas pelos Estados Unidos da América na Guerra Fria e dirigiu-se pragmaticamente para os principais pontos demarcados pelo “espírito de Bandung”. Esta mudança foi consagrada na execução da Política Externa Independente. Com o advento do regime militar uma nova abordagem será dada à agenda terceiro-mundista, mas é relevante notar que esta não será afastada devido à tônica ideológica de direita dos governos militares. A historiografia ressalta importância dos três “A” (o mundo afro-asiático e a América Latina) para a mundialização da política externa brasileira. Considerar-se-á teoricamente que a política externa brasileira adotou, tal como as teses terceiro-mundistas como um todo, uma variante do paradigma realista para fundamentar a sua formulação. Para a História das Relações Internacionais, Terceiro Mundo é uma expressão intensa. Possui ampla difusão em estudos internacionais ou está inserida em análises de diversos campos das Ciências Sociais que partem do pressuposto da sua validade. O termo Terceiro Mundo não alcançou, no entanto, mesmo no auge da sua difusão enquanto uma proposta socialmente válida nas décadas de 1960 e 1970, um significado sociológico, histórico ou econômico coerente ou totalmente elucidado. Isto porque ele está vinculado à um grande grupo de Estados Nacionais em torno de um projeto político para alterar o funcionamento do sistema internacional, não constituindo-se exclusivamente numa elaboração científica. As nações que por definição podem fazer parte deste ente coletivo têm origens sociais, políticas e ideológicas diversas sendo reconhecidas como parte deste agregado a partir de uma origem comum (passado colonial, pobreza, desigualdades sociais, exploração neo-colonial, etc.). O “Terceiro Mundo” enquanto um projeto político não transformou seus membros num “bloco”, como os congêneres capitalista e comunista. Isto porque ele guarda dentro de si uma incoerência: são enormes e incontornáveis as diferenças existentes entre os seus participantes. Mesmo com o esgotamento deste paradigma, na década de oitenta, com o surgimento da idéia de “globalização”, uma contínua deferência à sua existência

denota uma expressiva realidade a ser considerada. Para compensar esta deficiência foram associadas às nações (antes) classificadas como pertencendo ao Terceiro Mundo expressões também generalizantes, tais como: “países do sul”, “sul global”, “países subdesenvolvidos”, “países pobres”, “países emergentes” ou “países em desenvolvimento”. Mas isto não concedeu à expressão Terceiro Mundo correção nas imperfeições teóricas que o termo carrega. Ela seria uma categoria, nas palavras de B. R. Tomlinson (. “What was the Third World?” IN: Journal of Contemporary History. Copyright © 2003 SAGE Publications, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol. 38(2), 307–321. [0022–0094(200304)38:2;307–321;032135]), normativa e não analítica. Pressupomos que a superação desta limitação conceitual será fundamental para a recriação de um significado para a expressão e sua plena utilização como elemento de análise historicamente válido. O período compreendido nesta comunicação produziu a) o surgimento, b) desenvolvimento, c) auge e, d) crise do terceiro-mundismo como projeto político e/ou categoria analítica. Foram intensas as atuações das diplomacias de todos os países na formulação ou reelaboração desta agenda. Os países centrais tentando controlar as pressões advindas das jovens nações, ávidas em se libertar do passado colonial e das injunções da Guerra Fria. Os países recém libertados e da América Latina impuseram (com limites) a nova agenda, crescendo o poder político quando do início da crise do capitalismo na década de 1970. O Brasil, e sua diplomacia econômica, teve papel de liderança em vários processos de negociação para alterar normas do comércio internacional – principalmente na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Esta foi a tônica dada pela diplomacia brasileira, balizada internamente por uma industrialização rápida e altamente concentradora de renda e externamente num sistema internacional instável e em rápida transformação.

Gabriel Kanaan – UFF. Foi a burguesia brasileira neodesenvolvimentista? uma análise da política externa do empresariado no governo Lula a partir dos telegramas da Embaixada dos EUA publicados pela Wikileaks (2003-2010).

Esse trabalho analisa as movimentações e posicionamentos do empresariado brasileiro em relação à política externa do governo Lula, em especial acerca da relação do Brasil com os Estados Unidos. Para isso, investigamos os registros de reuniões e eventos de entidades associativas, aparelhos privados de hegemonia (APHs) e quadros do empresariado brasileiro com a Embaixada e os Consulados dos EUA no Brasil, que, junto com APHs como a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) e o Conselho Empresarial Brasil – Estados Unidos



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

(CEBEU), operam como córtex político ao intermediar a relação entre as burguesias brasileira e estadunidense. Ao contrário do que acredita o projeto neodesenvolvimentista petista ou o projeto nacional pedetista, que veem a existência de setores do empresariado com pretensões de independência nacional, observamos constantes críticas da burguesia brasileira às políticas de coalização sul-sul e integração regional do governo Lula.

Resumo expandido: Resumo expandido: Esse resumo é parte de nossa pesquisa sobre as relações entre as classes dominantes brasileiras e estadunidenses no período que vai do governo Lula ao governo Bolsonaro. Investigamos, especificamente, as conexões forjadas pela Embaixada e Consulados dos Estados Unidos no Brasil. Como fontes principais, examinamos os telegramas enviados por estes postos diplomáticos à Washington e publicados pela WikiLeaks. Estas agências do Estado norte-americano mediam relações de outras agências estatais e aparelhos privados de hegemonia estadunidenses com suas contrapartes no Estado brasileiro, o que nos possibilitou observar uma densa costura articulando entidades das classes dominantes estadunidenses e brasileiras, sob o predomínio das primeiras. Tal rede impactou a história política do Brasil recente, da pressão para promover as reformas neoliberais (trabalhista, previdenciária e tributária) desde o início dos governos Lula ao golpe e à eleição de Bolsonaro, processos que aprofundaram tal pauta central e unificadora da burguesia brasileira e estadunidense. Mas, se discordamos da existência de uma fração burguesa neodesenvolvimentista, como explicamos, então, os históricos conflitos entre Brasil e Estados Unidos que se aprofundarem nos governos petistas? O debate sobre a existência de uma fração burguesa com conflitos com o imperialismo acompanha meu tema de pesquisa desde que comecei a investigar a atuação da Embaixada dos EUA no governo Lula e os motivos para sua participação no golpe de 2016. No desenvolvimento da pesquisa, surgiram, fundamentalmente, dois problemas empíricos e os seus respectivos desdobramentos teóricos, que guiarão esse nosso resumo. O primeiro é sobre os conflitos entre o governo Lula e a Embaixada e das agências capital-imperialistas estadunidenses que atuam com a Embaixada. Surgiu quando me deparei com muitas tensões, especialmente em torno da política de integração regional e de coalizões sul-sul, da Estratégia Nacional de Defesa e do pré-sal. Tais tensões, ao mesmo tempo, não impediam a aprovação da Embaixada a outras políticas do governo Lula, como a Reforma da Previdência e outros cortes de “gastos” sociais e direitos trabalhistas, bem como o apoio às políticas de apassivamento da classe trabalhadora e também, e talvez com mais ênfase da Embaixada nesse ponto, às políticas de apassivamento dos outros governos à esquerda na

América Latina. Esse primeiro “problema” empírico exigiu uma explicação teórica do porque dessas tensões. Quais foram as forças sociais que tensionaram a relação? Se concordamos que o governo Lula não foi um governo da classe trabalhadora, mas um governo burguês, o caminho mais natural para explicar as tensões é apontar algum tipo de conflito entre burguesias de diferentes territórios, mesmo que seja entre uma burguesia subalterna e associada que só tenta negociar uma inserção um pouco menos subalterna no capital-imperialismo, como, por exemplo, através da organização dos BRICS. A tese da existência de uma grande burguesia interna no Brasil com conflitos pontuais com o imperialismo é uma das nossas referências para analisarmos tais tensões. Quando o grupo boiteano traz o conceito de burguesia interna para o debate marxista brasileiro, é recolocado o complicado tema das alianças – ou, para seguir a caracterização de Boito, das “frentes” (BOITO, 2018 [2010], 60-1) – da classe trabalhadora com setores da burguesia brasileira. Tema tão polêmico na história do marxismo brasileiro e tão fundamental para construirmos coletivamente uma estratégia socialista anti-imperialista precisa de muita pesquisa empírica para avançarmos e muito debate teórico regado pela “boa vontade” gramsciana no diálogo entre nossas diferentes tendências, guiado pela busca de construir progressivamente consensos e poder colaborar mesmo no dissenso. O trabalho de Armando Boito Júnior, que introduziu o conceito poulantziano para pensarmos as frações da classe burguesa no Brasil, é uma contribuição fundamental para a caracterização do caráter burguês dos governos Lula, travando intensa batalha dentro do campo da hegemonia petista contra aqueles que veem nos governos Lula e Dilma um governo puramente da classe trabalhadora. A tese de Tatiana Berringer sobre a política externa dos governos Lula com base no conceito poulantziano de bloco no poder, ao analisar as relações das políticas externas com os interesses e estratégias das classes dominantes, também trouxe uma contribuição importantíssima para a batalha teórica fundamental do marxismo nas relações internacionais de fazer um contraponto às explicações baseadas no “interesse nacional” dos Estados, as quais hegemonizam o campo das relações internacionais. Também está sendo de enorme valor todo trabalho empírico desenvolvido pelo restante do grupo “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, com destaque para as pesquisas de Mariana Ferreira, Pedro Narciso, Mariana Sabença, Maria Paraizo, João Vazquez, Nátaly Guilmo, Felipe Queiroz, Octávio Passo, André Valle e Luana Forlini, que integram o livro “A burguesia brasileira em ação”, que sintetiza o trabalho do grupo. No entanto, para avançarmos nas nossas sínteses marxistas, propomos ao debate algumas questões. A primeira, a mais candente, é até que ponto a política tirada a partir da teoria boiteana sobre o conceito de

burguesia interna legitima a política de conciliação de classes – termo, como aponta Coelho, evitado pelo grupo – do governo petista, preconizada, por exemplo, quando um dos quadros do neodesenvolvimentismo, Marcio Pochman, fala em um “projeto da nação (...) [que viabilizasse uma] possível convergência de interesses internos em torno de rumo alvissareiro ao país” (POCHMAN, 08/2019, 8). Como estamos vendo, os autores do grupo insistem, em seus postulados teóricos, que a burguesia interna não se aproximaria de nenhuma postura anti-imperialista. Mas, na análise prática, embora ressaltem que tal modelo de conciliação seria impraticável a longo prazo veem a frente temporária de setores populares com a chamada grande burguesia interna como uma política acertada, que aprovam e estimulam. Estamos buscando também contribuir no avanço das investigações sobre quem foram os quadros dessa burguesia interna. Quais foram suas posições e movimentações durante os governos petistas e também nos governos Temer e Bolsonaro no que concerne à relação com o capital-imperialismo, em especial o estadunidense? Tais agentes burgueses compuseram um grupo coeso que pode ser chamado de fração? É para responder a estas perguntas que estamos investigando o arquivo histórico de telegramas da Embaixada estadunidense, que, evidentemente do ponto de vista norte-americano, registra diversas movimentações e posicionamentos do empresariado brasileiro com agentes do capital-imperialismo. No entanto, ao contrário do que esperávamos ao seguir a hipótese de uma tensão intraburguesa regional, em várias reuniões da Embaixada com a FIESP e a CIESP, é consenso entre o empresariado brasileiro as críticas à integração regional e às coalizões sul-sul. Inclusive, para dar apenas uma demonstração, Boris Tabacof, banqueiro e da indústria de papel, é um dos poucos exemplos individuais que Boito cita como modelo de quadro da grande burguesia interna (BOITO, 2018 [2010], 86). Ele seria do grupo dos “industriais otimistas” – segundo o próprio Boito já um grupo minoritário – e teria se entusiasmado com a troca de Palocci por Mantega, esperando que este último enfrentasse os rentistas em defesa dos industriais. Esse mesmo Tabacof aparece nos telegramas dizendo para a Embaixada que a política externa do governo Lula levava o Brasil para o isolacionismo econômico, chamando a aproximação do Brasil a países como Síria e Moçambique de “bravatas”. Outros dirigentes do CIESP repetem as mesmas lamentações, atacando também o Mercosul, e inclusive, demonstrando seu forte nacionalismo, sugerindo aos Estados Unidos que fizessem mais acordos comerciais com os vizinhos do Brasil para isolar o governo Lula. Outro exemplo da tendência da burguesia brasileira de associação subalterna ao capital-imperialismo é a carta de 2007 da FIESP, CNI, FIRJAN, CEBEU, AMCHAM Brazil, CEBRI, MBC e ICONE pressionando por

uma colaboração comercial maior com os Estados Unidos. Na análise da Embaixada e do CFR, o governo Lula não queria encampar o mesmo ritmo de aproximação que queria o empresariado. Mesmo assim vale lembrar que esses mecanismos que pressionavam por maior alinhamento tinham sido ou criados ou fortalecidos pela assinatura de um Diálogo Estratégico entre Lula e Bush em 2005. Outro é a criação do Fórum de CEOs Brasil – Estados Unidos em 2007, logo depois da carta dessas oito entidades do empresariado. A princípio, o Fórum se juntou a esses outros aparelhos que assinaram a carta, como o CEBEU e a AMCHAM, que cumprem a função de córtex político, aproximando o empresariado brasileiro do estadunidense. O Fórum defendeu, nas suas resoluções, os pontos fundamentais da agenda conjunta do empresariado brasileiro e estadunidense: Acordo sobre Dupla Tributação (em inglês, Bilateral Tax Treaty – BTT), que foi a pauta principal da carta de 2007, e o acordo de comércio e investimentos (em inglês, Trade and Investment Framework Agreement – TIFA). No entanto, estamos investigando tensões intraburguesas de escala explorando diferenças entre os posicionamentos de Josué Gomes da Silva, o dirigente brasileiro do Fórum, que reunia as mega empresas capital-imperialistas brasileiras, e os de entidades empresariais como a FIESP, que tradicionalmente representam o médio e grande capital. De todo modo, essa agenda não se concretizou nos governos petistas, e voltou com intensidade no governo Bolsonaro, quando teve parte finalmente aprovada. Em 2020 o CEBEU, a AMCHAM, a CNI e outras 14 entidades do empresariado brasileiro fizeram uma versão 2.0 da carta de 2007, agora pública, pedindo a assinatura de um acordo de livre comércio entre Bolsonaro e Trump. A carta destaca que eles formularam um modelo de acordo inicial que “não precise passar pela aprovação dos Congressos nem do Mercosul”. A CEO da Amcham Brasil, Deborah Vieitas, os documentos do Atlantic Council, um APH conservador estadunidense, e vários outros aparelhos defendiam com ênfase essa etapa inicial que abrisse caminho para a concretização de um acordo de comércio e investimentos mais amplo. E foi esse acordo inicial que Paulo Guedes assinou em outubro de 2020, o “pacote triplo”, com intermediação da Amcham, CEBEU, Eximbank, USTR, CNI, FIESP, etc. O segundo problema empírico consiste, então, em como explicar os conflitos da política externa do governo Lula com a Embaixada se, ao menos uma parte da agenda de coalizões sul-sul etc. não era interesse de nenhuma fração da burguesia brasileira. Inclusive, em um telegrama da Embaixada de 2006 que comenta o primeiro ano em que o Brasil exportou mais capital que recebeu, a internacionalização das empresas brasileiras é vista como uma abertura de possibilidades de cooperação, e não como uma ameaça. Sem dúvida alguns elementos da política externa petista eram do interesse da



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

megaburguesia brasileira, das campeãs nacionais, para abrir os mercados desses países às empresas capital-imperialistas brasileiras. Mas a análise empírica sugere que, em alguns aspectos, a política externa do governo Lula foi de alguma forma além desses interesses. Por isso o empresariado sempre dizia que ela era “ideológica demais”. Mas então se a política externa do governo Lula não era só a condensação dos interesses da burguesia capital-imperialista, qual era a força social que transformava a política externa em “ideológica demais”? Em primeiro lugar, ressalvemos que concordamos com a crítica de Boito a Fuser (em debate interno da Consulta Popular, organização que os autores fazem parte) àqueles que caracterizam o governo Lula como um governo dos trabalhadores – na verdade, pelo contrário, criticamos a esperança que o grupo de Boito alimenta em os trabalhadores ocuparem posições secundárias em governos de frente com a burguesia. Recordamos da análise poulantziana em que no Estado capitalista, o poder não é exercido de forma descentralizada, a partir de diversos polos de poder divergentes, com Secretarias e Ministérios fatiados entre frações de classe específicas. Mesmo assim, é possível considerar como hipótese que parte do programa da política externa petista foi influenciado pelo programa formulado pelos debates da classe trabalhadora no interior do PT, e aplicado de forma rebaixada e desenraizada, mas mantendo alguns pontos amputados de debates antiimperialistas. Quadros como Marco Aurélio Garcia, que dirigiam a PEX do governo Lula e eram sem dúvida os principais alvos dos ataques da Embaixada, fosse qual fosse o assunto, talvez passaram por um transformismo parcial, incompleto, limitado. Com isso, estamos analisando a hipótese de que a luta das classes subalternas também moldou a política externa do governo Lula, não só pela pressão interna e externa dos movimentos subalternos sobre o partido e o governo, mas também pela acomodação rebaixada de alguns dos seus acúmulos, realizados nas bases internas do PT, na condução do Ministério das Relações Exteriores de Celso Amorim. Talvez, para entendermos os conflitos em torno de políticas como as de integração regional e coalizões sul-sul, desenvolvimento militar parcialmente autônomo e de controle limitado da exploração dos recursos naturais, não basta olhar apenas para o interesse da burguesia capital-imperialista brasileira em exportar mercadorias e capital, mas também para a influência da luta dos movimentos subalternos. Com isso, colocamos a luta de classe como contradição principal na dimensão internacional também, e a consequência prática-política desta tese é – tendo em vista que os conflitos do Brasil com o capital-imperialismo não tiveram como motor fundamental os interesses de uma fração burguesa – a defesa da independência da classe trabalhadora, e não de frentes com setores burgueses, como caminho da luta anti-imperialista.



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

Michelle Alves Lima / Aline Recalcatti de Andrade - UNILA. INTERVENÇÕES DIRETAS E INDIRETAS NA AMÉRICA LATINA: CONCEITO, EVOLUÇÃO E PROGNÓSTICO.

Desde a independência das colônias americanas do jugo das potências europeias, a tradição na história da América Latina e Caribe tem sido a intervenção. Este processo se intensificou quando o continente passou a fazer parte da zona de influência dos Estados Unidos como maior potência imperial após o fim da Segunda Guerra Mundial e contexto de acirramento das lutas de classes, com a União Soviética despontando como possibilidade de outra formação social, política e econômica. Delineia-se neste período uma nova ordem internacional, com a criação exponencial de normas e organizações internacionais com o claro objetivo de garantir e justificar o sistema liberal vigente, com a hegemonia dos interesses e valores das elites capitalistas, agora positivados como princípios universais. Dentre eles, destacam-se os princípios da soberania, da não intervenção e da autodeterminação dos povos como corolários do novo pacto interestatal. Percebe-se desde logo uma clara contradição: apesar do aparente fortalecimento das prerrogativas dos Estados nacionais, que podem se relacionar em pé de igualdade com os demais Estados, em plena soberania, aumentam vertiginosamente os casos de intervenção na América Latina e no Caribe pelos Estados Unidos, que é justamente o maior financiador – tanto no plano financeiro quanto ideológico - da nova ordem internacional. Fica evidente, portanto, que o termo “intervenção” possui uma interpretação vaga e ambígua. Embora o artigo 19 da carta da OEA[1], que foi adotado *ipsis litteris* pela Resolução 2625 da AG da ONU, estabeleça a proibição de intervenção tanto direta quanto indireta, de caráter militar, econômico, político e cultural, seu uso na academia, na mídia e nos documentos oficiais se restringe normalmente à modalidade militar, excluindo-se outras formas de intervenção. A questão central deste trabalho é, portanto, esclarecer o conceito de intervenção, distingui-lo de conceitos equivalentes (como guerra e ingerência) e discriminar as possíveis categorias de intervenção, diretas e indiretas. A primeira parte do artigo se debruça sobre a origem e as questões teóricas e jurídicas que envolvem tanto o conceito de intervenção como seu derivado, o princípio do não-intervencionismo. Na segunda parte, busca-se explicar o limite das interpretações e as contradições entre a teoria e a prática, ao analisar diferentes formas de intervenção direta e indireta, concretizadas na América Latina e no Caribe pelo imperialismo estadunidense. Os tipos de intervenção direta podem ser: (i) militar, o caso mais explícito; (ii) humanitária, que também é feita através do deslocamento militar associado a organismos de desenvolvimento e ajuda, legitimado por organizações internacionais, com intenções aparentemente altruístas e urgentes; e (iii) terceirizada, no qual o governo dos



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

Estados Unidos não faz uso de suas próprias forças armadas, mas financia e treina grupos independentes sob uma lógica explícita de intervenção direta, criando conflitos militares internos e fenômenos muitas vezes estudados como guerras não-convencionais ou guerras de quarta geração. A intervenção indireta, por sua vez, pode compreender: (i) a econômica, que envolvem tanto embargos, sanções e confiscos pelos Estados Unidos, quanto os empréstimos e endividamentos de economias nacionais por organizações associadas ao imperialismo, como o Fundo Monetário Mundial e o Banco Mundial; (ii) a ideológica, que se trata do uso racional de meios como redes sociais, entretenimento, mídia, entre outros, para moldar a ação e o comportamento dos atores políticos, de acordo com os interesses estadunidenses e das classes dominantes, categoria muitas vezes abordada como guerra psicológica, guerra neocortical e revolução colorida; e (iii) a política/jurídica, que é uma forma de intervenção relacionada ao enfraquecimento de um governo não alinhado aos interesses imperialistas, a partir do apoio da mídia internacional, das organizações não-governamentais, think-tanks e outras instâncias com o fim de interferir no processo eleitoral e/ou legitimar golpes de Estado, inclusive através do sistema jurídico nacional. A divisão destas categorias pressupõe apenas uma abstração, já que na realidade concreta os casos de intervenção frequentemente se interrelacionam e se complementam. O objetivo é explicar que existem diferentes maneiras pelas quais o imperialismo estadunidense pode atuar para intervir em um país ou região, mas sempre com o mesmo interesse de assegurar sua hegemonia dentro da ordem mundial como potência imperialista, além de possibilitar a reprodução e expansão da ordem capitalista global. Por fim, pretende-se averiguar se o padrão de intervenção dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe tem se alterado com a crise hegemônica face à ascensão da China e outros blocos regionais, e qual seria a tendência de comportamento interventor atualmente para o continente. Partindo do materialismo histórico como método de análise, a pesquisa será realizada através da revisão bibliográfica do aporte de autores preferencialmente marxistas, bem como tratados, jurisprudência das cortes internacionais e notícias da mídia não hegemônica que esclareçam como se dão os casos de intervenção pelo imperialismo estadunidense no espaço latino-americano, do período pós guerra fria até os dias atuais.



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

Thomaz Delgado De David – USP. O imperialismo contemporâneo na América Latina: uma análise da sua reconfiguração.

O presente trabalho consiste em uma versão resumida da Dissertação de Mestrado intitulada “A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI”, em fase de desenvolvimento no âmbito do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP). Conforme o título sugere, aborda-se o imperialismo contemporâneo na região latino-americana, considerando-se que este passou por transformações que resultaram em sua configuração atual. Para o desenvolvimento deste trabalho, adota-se um referencial teórico marxista, o qual aponta que capitalismo e imperialismo apresentam uma relação “simbiótica”, responsável por moldar as relações internacionais desde a origem do sistema moderno até o presente. Tendo o capitalismo passado por transformações estruturais ao longo do tempo, entende-se que o imperialismo também o fez, acompanhando-o. Nesse sentido, o problema de pesquisa que se busca responder é expresso através do seguinte questionamento: com base nas transformações do capitalismo global e nas tendências políticas latino-americanas, o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo na região durante o século XXI? Por seu turno, o objetivo geral é compreender o que caracteriza a reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI. Ademais, os objetivos específicos consistem em: a) analisar as teorias marxistas do imperialismo e suas contribuições, com ênfase nas teorias contemporâneas; b) compreender as transformações do capitalismo global, sobretudo em relação ao regime de acumulação e ao modo de regulação; c) contextualizar o imperialismo no âmbito da onda rosa e da onda conservadora na América Latina; d) relacionar os mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação imperialista, tendo em vista a sua indissociabilidade. Em termos metodológicos, emprega-se o método de abordagem materialista histórico-dialético e o método de procedimento histórico. O materialismo histórico-dialético se demonstra adequado para a compreensão acerca de como se manifesta o imperialismo na América Latina, pois permite um entendimento crítico do imperialismo e das estruturas e contradições que envolvem seu contexto político-econômico. Por sua vez, o método de procedimento histórico está presente ao longo de todo o desenvolvimento, apesar do enfoque no século XXI. Isto, pois, os acontecimentos das últimas duas décadas são analisados de acordo com as condições e contradições que historicamente marcam a economia política global e latino-americana. Como técnica de pesquisa, adota-se a documental indireta, que abrange a pesquisa bibliográfica e a apreciação de outras fontes documentais. Dessa forma, a técnica de pesquisa servirá como meio de



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

embasamento, a partir do avanço teórico-científico já existente, que será rearticulado em torno do objetivo e da metodologia expostos. O desenvolvimento do trabalho encontra-se estruturado em três capítulos: a) o primeiro, dedicado à compreensão do capitalismo global e das teorias do imperialismo contemporâneo; b) o segundo, que aborda as tendências políticas regionais na América Latina; c) o terceiro, que trata da reconfiguração do imperialismo na região latino-americana durante o século XXI. Seguindo essa ordem, parte-se da análise das transformações do capitalismo global, com destaque para a transição do regime de acumulação e do modo de regulação fordistas ao pós-fordismo na década de 1970. Conforme Luiz Felipe Osório, o debate atual acerca do imperialismo pode ser classificado como “debate pós-fordista”, no qual se inserem diversos autores, entre os quais estão David Harvey e Ellen Wood – cujas contribuições embasam a perspectiva analítica adotada. Depois, no âmbito latino-americano, observa-se a existência de duas tendências políticas regionais no século XXI, denominadas de onda rosa e onda conservadora, a última sobreposta à primeira. Tendo como marco inicial a eleição de Hugo Chávez para a Presidência da Venezuela, em 1998, e, como fim, o ano de 2014, período em que a esquerda latino-americana ainda obteve expressivas vitórias eleitorais, o fenômeno caracterizou a chamada onda rosa. Por seu turno, o final da onda rosa é, gradualmente, marcado por golpes e por uma guinada neoliberal, que constituem a onda conservadora, sobreposta à anterior. Esta, em sentido contrário, representa a ascensão de chefes de Estado de direita e de extrema-direita na região (2009-presente). Essas tendências afetam, diretamente, a política interna e externa da maior parte dos países latino-americanos. Da onda rosa à onda conservadora, modelos progressistas cedem espaço às diretrizes neoliberais, que envolvem ajustes fiscais, privatizações e maior abertura ao capital estrangeiro. Nesse cenário, resta compreender a reconfiguração do imperialismo, através de seus mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação, que parecem ter sido rearticulados em torno de uma dinâmica específica e contemporânea. Para tanto, Wood contribui com o conceito de “imperativos de mercado” e Harvey com o de “acumulação por espoliação”, ambos associados ao regime de acumulação. Por sua vez, para a compreensão dos mecanismos extraeconômicos, relacionados ao modo de regulação, Wood aponta para aspectos militares, políticos e jurídicos (como aqueles que constituem as chamadas Guerras Híbridas) e Harvey para o neoliberalismo. Por fim, considerando-se que se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, ainda não há uma conclusão estabelecida. Contudo, a hipótese preliminar propõe que: a) A reconfiguração do imperialismo na América Latina durante o século XXI decorre da reconfiguração e da rearticulação de seus

próprios mecanismos econômicos e extraeconômicos de dominação; b) A dinâmica dos mecanismos econômicos e extraeconômicos do imperialismo foi impactada diretamente pela onda conservadora, que consolidou o regime de acumulação e o modo de regulação pós-fordistas na região; c) A reconfiguração dos mecanismos extraeconômicos é caracterizada, sobretudo, pelas Guerras Híbridas que conduziram a golpes de Estado, com o objetivo de implementar uma regulação neoliberal e promover um realinhamento político dos países da região; d) A reconfiguração dos mecanismos econômicos é caracterizada pela implementação e pelo aprofundamento de um processo generalizado de acumulação por espoliação da América Latina; e) A rearticulação desses mecanismos é expressa pela relação de complementariedade entre os itens “c” e “d” que, em última análise, correspondem aos processos igualmente complementares de regulação e de acumulação.

Ana Elisi Carbone Anversa (UFSM); Thomaz Delgado De David (USP). Guerras Híbridas na América Latina: meios digitais, desestabilização política e golpes em países da região (O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021, Faixa A).

Durante o século XXI, observou-se um processo de mudanças substanciais no sistema capitalista, as quais foram bastante influentes nas relações entre centro e periferia global e, assim, reconfiguraram o imperialismo. Dentre as transformações ocorridas, há de se destacar o surgimento de um novo modelo de desestabilização política dos países não alinhados aos interesses do centro global: as Guerras Híbridas. Essa nova forma de ataque se caracteriza por unir diferentes táticas de combate, utilizando métodos tradicionais e também inovadores (como é o caso dos meios digitais e, sobretudo, das fake news). O referido modelo de guerra é dividido em duas etapas: a primeira é chamada de revolução colorida e se caracteriza por gerar um “caos administrado” nas nações, com primazia na manipulação como técnica de combate, ao invés da violência. A segunda etapa, por sua vez, ocorre quando a primeira não surtiu todos os efeitos desejados; é denominada de “guerra não convencional” e parte de um golpe rígido, o qual enseja ataques organizados por forças não regulares. Assim, partindo desse contexto gerado pelo imperialismo contemporâneo, o presente trabalho tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: como os meios digitais têm sido instrumentalizados nos golpes ocorridos na América Latina? Para responder tal problemática, vale-se do método de abordagem materialista

histórico-dialético, uma vez que a Guerra Híbrida é analisada por meio dos aspectos concretos que ensejaram golpes nos países latino-americanos. Nesse sentido, a dialética assume um caráter essencial, eis que possibilita compreender as contradições e os desencadeamentos dos processos políticos envolvidos. Para além, adota-se o método de procedimento histórico, com vistas à contextualização de fenômenos que não podem ser compreendidos senão de acordo com estruturas que pré-condicionam a formação regional. Como técnica de pesquisa, emprega-se a bibliográfica, com ênfase em fontes secundárias, como a bibliografia especializada (documentação indireta). Com isso, o objetivo geral é compreender o papel dos meios digitais na ocorrência de golpes na América Latina, em um cenário marcado por Guerras Híbridas. De maneira preliminar, importa referir que o início do século XXI é marcado pela ascensão política de chefes de Estado de esquerda e centro-esquerda na América Latina, o que deu origem a um processo de reversão parcial do neoliberalismo — que predominou na região durante a década de 1990. O referido período foi denominado de “onda rosa” e teve como marco inicial a vitória de Hugo Chávez para assumir a presidência da Venezuela (em 1998) e como marco final as eleições no Chile, Uruguai, El Salvador e Brasil (em 2014). Entende-se que o fim desse período progressista ocorreu devido a constantes golpes na região, associados a processos eleitorais influenciados pelo contexto supranacional, que constituíram uma “onda conservadora”. Nesse viés, como principais exemplos da guinada neoliberal, por meio de golpes, refere-se a destituição presidencial em Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e Bolívia (2019). No que tange ao primeiro país, observa-se a ocorrência de um “golpe branco”, “neogolpe” ou “golpe institucional”, que teve como estopim a proposta de uma consulta à população sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte. Afinal, para a oposição do governo, tal solenidade acarretaria a reeleição de Manuel Zelaya, até então Presidente. Assim, o processo do golpe teve três principais etapas: a primeira foi praticada pela Corte Suprema do país, ao emitir uma ordem de captura ao chefe de Estado, acusando-o de traição à pátria; a segunda foi de responsabilidade das Forças Armadas, as quais o capturaram e o expulsaram de Honduras, mesmo inexistindo qualquer ordem legal; por fim, posteriormente à posse do novo presidente, Micheletti, comunicou-se o resultado da Comissão Parlamentar, que declarava Zelaya culpado pelo desemprego, pela crise financeira, etc. Assim, em que pese esse golpe jurídico-parlamentar seja uma das principais características da Guerra Híbrida, o presente trabalho constatou que não há evidências claras de que os meios digitais tenham assumido um papel central na desestabilização política do país. No mesmo sentido, o golpe ocorrido no Paraguai, em 2012, teve como estopim



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

o Massacre de Curuguaty — conflito agrário que ensejou a morte de 11 “sem terras” e seis policiais. Logo após o fato, foi aberto um processo de impeachment contra Fernando Lugo (até então Presidente), acusando-o de “mau desempenho de suas funções”. As acusações foram formalizadas com parcas provas e o acusado teve apenas 24 horas para preparar a sua defesa. No dia seguinte, o Senado aprovou o afastamento de Lugo, fazendo com que a presidência fosse assumida pelo seu vice, Frederico Franco, de centro-direita. No ano posterior, o Partido Colorado (de matriz extremamente conservadora) reassumiu o governo. Atinente a este golpe, ressalta-se que, assim como Honduras, não houve um papel determinante dos meios digitais. No Paraguai, a sua rápida operacionalização se valeu das instituições e as redes não foram utilizadas em uma tática de Guerra Híbrida. Realizados tais apontamentos, entende-se que os meios digitais assumiram protagonismo, principalmente, nos golpes ocorridos no Brasil e na Bolívia. Em relação ao primeiro, destacam-se as manifestações organizadas pelo “Vem pra Rua”, movimento que se posicionava contra o governo de Dilma Rousseff e, discursivamente, se colocava “contra a falta de ética e as mentiras que são contadas diariamente a todos nós, contra os políticos corruptos (...)”. Nessa perspectiva, constatou-se que, assim como em outras Guerras Híbridas, o movimento se apresentava de forma supostamente pacífica e no combate a causas que atraíam uma parcela da população insatisfeita. Ademais, as redes sociais foram utilizadas na manipulação do povo e para a organização dos atos, fazendo com que, aparentemente, o cidadão brasileiro se tornasse um dos principais sujeitos ativos do golpe (característica extremamente marcante da revolução colorida). Diante desse contexto de manifestações, instabilidade e enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores, em dezembro de 2015, a Câmara dos deputados recebeu a denúncia de impeachment. Em agosto de 2016, a condenação foi processada e Dilma Rousseff foi, conseqüentemente, afastada da Presidência da República, concretizando-se um golpe. Para além do caso brasileiro, importa destacar o ocorrido na Bolívia, em 2019. A Guerra Híbrida teve como estopim a vitória eleitoral de Evo Morales, logo após ele ter sido autorizado pelo Tribunal Constitucional Plurinacional a concorrer ao quarto mandato consecutivo. Com o êxito das eleições, alguns grupos começaram a questionar o resultado dos votos, fazendo com que manifestações violentas “pela liberdade” fossem realizadas presencialmente e propagadas, intensamente, nas redes sociais. Devido a esse cenário violento, somado à pressão das forças armadas, Morales renunciou ao cargo e Jeanine Añez assumiu a presidência. Salienta-se que a ascensão de Añez se deu através de uma Assembleia Legislativa Plurinacional, a qual violou artigos da Constituição Política do Estado e sequer atendeu ao quórum previsto pelo regimento

interno. No que tange aos meios digitais, a instrumentalização de fake news merece um destaque. Em uma análise de dados efetuada na plataforma “Bolívia Verifica”, percebeu-se que, de 108 publicações selecionadas (no período de 1º de setembro a 10 de outubro de 2019), 71 foram verificadas como fake news, 36 como verdadeiras e 1 não verificada. Dentre as notícias falsas (todas de grande repercussão), 37 apresentaram potencial prejuízo à eleição e ao governo de Evo Morales, enquanto 34 não apresentaram. Assim, observou-se que a manipulação política na Bolívia se deu com significativo amparo dos meios digitais, sobretudo pela utilização de fake news. Em suma, analisando-se os quatro países elencados, concluiu-se que a Guerra Híbrida é um modelo de desestabilização política, econômica e social, cujas técnicas têm sido ampliadas e aprimoradas. Enquanto em Honduras (2009) e no Paraguai (2012) a influência das redes sociais era baixa, entende-se que o mesmo não pode ser dito em relação ao Brasil (2016) e à Bolívia (2019). Em ambos os casos, a instrumentalização dos meios digitais ocorreu, principalmente, por meio de campanhas de desinformação e manipulação. No Brasil, tem-se como exemplo aquelas lideradas pelo “Vem pra Rua”, que mobilizaram movimentos não espontâneos de massa; já na Bolívia, cabe destacar o papel central ocupado pela disseminação de fake news, conforme analisado. Por fim, verificou-se que, apesar das peculiaridades de cada caso, todos são enquadrados no conceito de Guerra Híbrida, uma vez que foram golpes que mesclaram diferentes táticas de combate, possuindo como objetivo a desestabilização de países e o seu realinhamento político às diretrizes do centro global.

Ana Gabriela de Paiva Goncalves – PUC RIO. “EN NUESTRA DULCE AMÉRICA”: expropriação, dependência econômica e os deslocamentos forçados.

Inspirados no referencial crítico-dialético, pesquisadores das áreas das Ciências Sociais Aplicadas e da Economia-Política, vêm discutindo e ampliando o debate sobre as origens e características do capitalismo dependente na América Latina - região conhecida pela natureza abundante da Floresta Amazônica e protegida pelos saberes indígenas e africanos, mas que, por muito tempo, tem sido colocada numa posição inferior pelas narrativas eurocêntricas e teorias econômicas que ousam em descrever sua história a partir do processo de colonização de suas terras. De acordo com Fontes (2010), nos países latino-americanos, o capital existe como conexão de todas as formas de exploração do trabalho historicamente conhecidas. Isto implica em considerar que, os acontecimentos consequentes da expansão capitalista – guerras mundiais, os deslocamentos forçados, a globalização, as desigualdades econômicas, sociais e políticas, são



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

reflexos da geopolítica internacional e adquirem contornos muito específicos nos países latino-americanos. No entendimento de Yamamoto (2008), "o processo de mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho". Neste sentido, conforme aponta Brettas (2020): "as economias dependentes produzem uma riqueza que é apropriada no exterior, criando uma dinâmica interna própria e produtora de desigualdades no interior destes países, os quais erguem sua estrutura produtiva, econômica, social e cultural segundo as exigências externas (BRETTAS, 2020, p. 96). Recorrer às análises teóricas, advindas da teoria social crítica, implica em observarmos que os processos de mundialização (IAMAMOTO, 2008), dependência, expropriação e imperialismo (FONTES, 2010; BRETTAS, 2020), são características advindas do modo de estruturação econômico mundial, ou seja, o modo de produção capitalista, em seus diferentes estágios de acumulação. Assim sendo, Fanon (1968, p.80) observa que, durante séculos, os capitalistas comportaram-se no mundo subdesenvolvido como verdadeiros criminosos de guerra. As deportações, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão, formam principais meios empregados pelo capitalismo para aumentar suas reservas de ouro e diamante, suas riquezas e para firmar seu poderio. É a América Latina, que segundo Galeano (2021) destaca "a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias primas e alimentos, destinado aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais, do que ganha a América Latina ao produzi-los" (GALEANO, p. 17, 2021). Através do resgate teórico sobre a consolidação do capitalismo dependente nos países latino-americanos, conseguimos identificar algumas características próprias desse processo que, de forma tão violenta, ainda persistem e consolidam-se, indicando que não existiu ruptura no processo de dominação capitalista, e sim, uma persistente articulação entre a marcha para o "progresso" econômico, conservando os aspectos da estrutura colonial. Assim, os deslocamentos forçados tendem a aumentar cada vez mais em função do desenvolvimento capitalista e das novas configurações assumidas pelo capital em escala global. Conforme destacou Ramos (2020), as migrações são essenciais ao processo de globalização, reforçando a sua parte humana, e que salienta as desigualdades econômicas e sociais. Nos últimos cinco anos, estima-se, que há aproximadamente 6.041.690 de refugiados e migrantes venezuelanos no mundo, sendo que 4.992.215 venezuelanos estão vivendo na América Latina e no Caribe (R4V, 2022). O deslocamento forçado de venezuelanos é heterogêneo: são

povos indígenas, homens, mulheres, grupos LGBTQIA+, pessoas em condição de extrema vulnerabilidade, como idosos doentes, crianças e adolescentes desacompanhados, que migram em busca de sobrevivência em diversos países do mundo (LEITE; CASTRO, 2021). A migração venezuelana, está correlacionada aos crônicos problemas de abastecimento de produtos básicos que assolam o país, que não estão disponíveis nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais ou são afetados por um processo inflacionário que minimiza o poder de compra das pessoas (SILVA, 2017, p.06). Desta forma, o êxodo venezuelano pode ser considerado uma expressão da crise do capitalismo dependente latino-americano, por ter sua economia baseada na mercantilização petrolífera. Ao nos depararmos com a magnitude das crises vivenciadas pela Venezuela ao longo dos anos, não restam dúvidas de que: quanto maior o nível de dependência, mais suscetível está um país a crises de longo alcance (BRETAS, 2020). Por fim, estamos diante de um cenário politicamente incerto na América Latina, tensionado por aspirações ideológicas divergentes, com relação às migrações sul-americanas. Grande parte dos Estados que compõem o Sul-Global têm implementado políticas de controle e de restrições fronteiriças quanto à entrada, permanência e saída de migrantes. A retórica anti-imigração tem ganhado força no cenário político, o que vem ocasionando a violação dos direitos humanos, com discursos desfocados da realidade sobre os deslocamentos forçados e com a crescente militarização do atendimento a estes sujeitos principalmente no contexto mais crítico da pandemia da COVID-19, em que a América Latina foi considerada pela Organização Mundial da Saúde o epicentro da doença.

Ricardo Abreu de Melo – USP. As relações internacionais de partidos do Foro de São Paulo e o latino-americanismo: os casos de Brasil e Cuba

O presente trabalho estuda as relações internacionais dos partidos do Foro de São Paulo (FSP), experiência de organização internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos. O objeto não é propriamente a história das organizações internacionais dos trabalhadores e dos partidos de esquerda, mas parte-se dela para estudar as relações internacionais de partidos do Brasil e de Cuba, membros do FSP. São estudados casos de partidos membros do FSP do Brasil e de Cuba – pelo protagonismo que tiveram os partidos desses países, em especial o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, e Partido Comunista de Cuba, na fundação do Foro de São Paulo (FSP) –, seu histórico de relações internacionais, suas ideias sobre a América Latina e a união e integração dos povos e países da região, suas relações com o pensamento latino-americanista. Em primeiro lugar é preciso expor os motivos para a seleção dos partidos estudados neste



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

trabalho. Do Brasil são estudados o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)/Partido Pátria Livre (PPL), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). E de Cuba, o Partido Comunista de Cuba (PCC). O Foro de São Paulo, neste trabalho, é tratado como a “grande família” da esquerda latino-americana, pois reúne partidos da “área ideológica mais ampla” da esquerda. Ao selecionar Brasil, Cuba e sete partidos brasileiros e um partido, cubano, a opção foi baseada nos próprios limites da pesquisa em se estudar dezenas de partidos de mais de 20 países. Ademais, os principais partidos da história do Foro de São Paulo, são o PT, do Brasil e o PCC de Cuba. Os oito partidos estudados são classificados no campo ideológico da “esquerda”, sendo o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista de Cuba (PCC) caracterizados como “partido comunista”, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) um “partido trabalhista”, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS) como partidos políticos do tipo “partido socialista democrático”, e o Partido Pátria Livre (PPL), sucessor do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) no FSP, como “partido nacionalista revolucionário marxista”. O critério básico para a definição do “núcleo familiar” de cada partido foi a autotranscrição, presente nos documentos partidários e no tipo de associação a organizações internacionalistas. Outro critério utilizado para selecionar os partidos foi a participação deles na fundação do Foro de São Paulo, em julho de 1990. O único partido que não consta da lista dos 48 fundadores é o então MR8 (depois PPL) do Brasil. O PPS do Brasil, sucessor do PCB, que depois foi reorganizado, não existia em 1990, pois foi criado em 1992. Um terceiro critério e o mais importante deles para a escolha dos dois países: os partidos de Brasil e Cuba são os idealizadores e estão entre os fundadores protagonistas do FSP. Ainda foi considerado o critério da relevância a fim de desenvolver mais o estudo desses casos: a expressão eleitoral, a presença em parlamentos e governos e em movimentos sindicais e sociais. Assim, chegou-se a quatro partidos brasileiros: PT, PSB, PDT, que aparecem ordenados pela data de fundação, já que a pesquisa nessa seção prioriza a evolução histórica desses partidos e de suas relações internacionais. Considera-se o PDT como herdeiro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os demais de esquerda brasileiros membros do FSP não satisfazem um ou mais dos critérios observados. O Partido Comunista de Cuba (PCC) foi o partido fundado com esse nome em 1965, fruto da união de três forças políticas revolucionárias que, unidas, lideraram a Revolução Cubana de 1959. Ao estudar a



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

política internacional e as relações internacionais de partidos de esquerda do Brasil e de Cuba, o objetivo desse trabalho é compreender o histórico do internacionalismo de esquerda, prévio e contemporâneo ao Foro de São Paulo. Na medida em que se conhece, mesmo que em linhas gerais, as ligações internacionais desses partidos e as principais ideias que orientaram (e orientam) as suas relações internacionais, também são conhecidas as organizações e articulações internacionais anteriores ao surgimento do Foro de São Paulo e as que permanecem convivendo, e, de alguma forma relacionando-se, com o FSP no período de 1990 a 2020. Assim, neste trabalho se estuda as relações e as filiações internacionais dos partidos brasileiros – e de formações políticas e sociais que os antecederam – e do PC de Cuba às organizações latino-americanas e mundiais de partidos políticos de esquerda e da classe trabalhadora dos últimos 150 anos, desde o final do século XIX até 2020, sendo o marco inicial a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em 1864. Compara-se o Foro de São Paulo com as demais organizações internacionais da “grande família” da esquerda latino-americana e mundial. Os partidos brasileiros e o Partido Comunista de Cuba, estudados acima, tiveram, na sua gênese e no seu desenvolvimento histórico, importantes influências políticas e ideológicas internacionais, que serviram como referências constitutivas. Por outro lado, também se verificou que os partidos analisados são fenômenos nacionais, não são criados “de fora”. As suas formações e suas trajetórias corresponderam mais às necessidades políticas nacionais do Brasil e de Cuba, de organização popular para a atuação política, do que à ação de organizações internacionais. A pesquisa realizada revela que todos os partidos estudados, considerados de orientação pró-integração continental e latino-americanista, com a exceção do PC de Cuba, até os anos 1980 não davam muita ênfase a esses temas em sua política internacionalista – da integração regional e do latino-americanismo – em seus programas e resoluções, apesar de estarem presentes. Nas últimas décadas esses partidos reforçaram essa característica latino-americanista, sobretudo após a fundação do Foro de São Paulo em 1990 e mais ainda a partir da virada do século, no atual ciclo de governos de esquerda e progressistas. Não é correto atribuir exclusivamente ao Foro de São Paulo o acento dessa característica latino-americanista nos programas e documentos e na prática política dos partidos brasileiros que a pesquisa revela, sobretudo a partir dos anos 2000. Entretanto, fica evidente a força e a atualidade das ideias latino-americanistas e sua relação indissociável com a emancipação nacional e social dos povos latino-americanos e, como o estudo permite verificar, o Foro de São Paulo, nos últimos 25 anos, vem tendo um papel relevante na atualização e difusão do internacionalismo latino-americanista.

Gabriel Luiz Duccini Puia – UFABC. A Revolução Cultural na China e a planificação socialista

O problema da planificação econômica na tradição marxista expressa o problema da transição a uma economia socialista. A planificação para Marx era a forma de organização do socialismo enquanto negação dos elementos categoriais do modo de produção capitalista. O capitalismo é apresentado por Marx como uma forma social em que os produtos assumem a forma de mercadoria, e como tal, os produtores dessa sociedade estabelecem seus vínculos sociais através da troca, e portanto a posteriori. Isso é o que Marx chama de uma sociabilidade indireta, porque isso exige uma mediação de algo, no caso o dinheiro. E isso gera uma situação em que os trabalhos privados só são confirmados como sociais a nível ex post, a posteriori, a partir do mercado: depois da produção, depois da troca. Os produtores não conseguem controlar a produção pois estes são dominados pelo valor, dominação esta que Marx chama de uma dominação pessoal e indireta, em contraste com a dominação pessoal da produção pré-capitalista. A esse vínculo social que só pode ser conhecido ex post, Marx contrapõe uma sociedade socialista cuja sociabilidade é a priori, porque ao invés de existir uma média de tempo de trabalho imposta pelo alto por um poder impessoal e abstrato, existe a possibilidade de determinar coletivamente a produção e distribuição, porque nesse caso já não há mais essa situação de sociabilidade mercantil: é outra forma social. O vínculo social não se dá através do mercado, mas através de relações que Marx chama de relações simples e transparentes, no caso as relações dos produtores em livre associação direta. É nesse sentido que entra a planificação. Esses produtores, dado que estão em uma situação de socialização em que não há a forma de valor podem portanto planejar e determinar coletivamente a produção. É por esse viés que Marx utiliza o termo “planificada” em um trecho dos Grundrisse: a distribuição planificada dos tempos de trabalho entre as unidades de produção, possibilitados pelo fato de que agora a sociedade não mais se basearia em uma forma social indireta, mistificada e mediada. No século XX tal debate assumiu outros contornos. Ressaltamos aqui a teoria do Imperialismo de Lenin como uma teoria que além de apresentar a posição leninista sobre o assunto, também dialoga com outras interpretações correntes do marxismo naquele período histórico. A teoria do Imperialismo de Lenin ressalta de maneira bastante presente a ideia do capitalismo monopolista como a antessala do socialismo, dado que ele introduz elementos de planificação econômica na sociedade capitalista, sendo a “preparação material mais completa do socialismo”, que se manifestaria em “todas as janelas do capitalismo moderno”. O capitalismo monopolista aprofunda a contradição



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

entre caráter social da produção, e apropriação privada da produção, porque ela se torna cada vez mais social e mais privada também, dado que ela é privada em poucas mãos, e o socialismo ele resolve essa contradição socializando a apropriação. Nesse contexto Lenin vai apresentar também a relação disso com o aparecimento do que ele chama de “capitalismo monopolista de Estado” e chega até mesmo a definir o socialismo como o “capitalismo monopolista a serviço de todo o povo”. Lenin se refere a esse capitalismo de Estado, utilizando como ilustração principalmente a Alemanha de Bismarck. Tal ideia não é nova naquele contexto, e Lenin a deriva principalmente de Hilferding que relaciona a sua teoria do capital financeiro com o aparecimento de certas formas de planificação, principalmente na Alemanha. Não apenas Hilferding, mas Preobrazhensky também se referia a essa característica do capitalismo monopolista que aparentemente estava criando as condições para uma planificação socialista, negando a livre concorrência. Ao mesmo tempo Lenin enfatiza a natureza transitória desse capitalismo de Estado, chegando a ressaltar a diferença entre nacionalização e socialização e o capitalismo de Estado e socialismo, e também em certas polêmicas sobre o conteúdo do Estado pós-revolucionário, algo que demarca as distinções dessa posição de Lenin sobre a transição socialista e os posicionamentos soviéticos após a sua morte, com a consolidação do modelo centralizado na URSS, e a concepção soviética de “Modo de produção socialista”, e a referência de Stalin a inexistência de classes antagônicas na URSS após a coletivização agrícola. Esse modelo não difere muito do que Preobrazhensky chamava de “Acumulação Primitiva Socialista”, o que denota certas convergências em certas formas de compreender o tema da planificação naquele período. A experiência da revolução chinesa traz algumas contribuições relevantes nesse debate. Apesar de um período inicial de relativa continuidade com o modelo soviético, Mao sempre demarcou a necessidade de “buscar o próprio caminho”, fugindo da replicação do modelo soviético na China. Os documentos de crítica do Partido comunista chinês ao PCUS no contexto da ruptura sino-soviética centram principalmente nesses aspectos, criticando o que os soviéticos entendiam como negação da continuidade da luta de classes no socialismo, e a partir disso rompendo com certos elementos da concepção soviética de modo de produção socialista. A revolução cultural chinesa, a partir de 1966, vai surgir como uma resposta de Mao aos problemas das contradições internas do socialismo. Embora em seu período inicial ela tenha sido marcada por grande instabilidade interna, faccionalismo e não era claro compreender os distintos grupos políticos que se confrontavam nas ruas, após o que Mao chamou de “Grande Aliança” com o estabelecimento dos Comitês Revolucionários e a reformulação dos quadros do partido, a



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

situação tendeu a uma normalização e uma tentativa de institucionalização de certas medidas políticas e econômicas que permitem identificar em certo sentido a relação da revolução cultural com a concepção maoísta de socialismo e a prática da planificação. Particularmente importante nesse sentido foram as relações internas nas comunas populares, as políticas de tripla união dentro das fábricas, e os métodos descentralizados de planificação. Ao mesmo tempo, nos anos finais da revolução cultural chinesa, surgiam também teorizações desse processo, de um lado da “Escola de Shanghai”, economistas ligados a Universidade de Fudan que escrevem um manual sobre os fundamentos do socialismo, e do outro lado dos resultados da Campanha de Estudos sobre a Ditadura do Proletariado. A partir dessas duas tentativas de síntese podemos identificar também seus próprios limites: na tensão entre descentralização e centralização, a baixa socialização do trabalho devido à política de autossuficiência interna das unidades produtivas e a manutenção do chamado “argumento jurídico” na definição de socialismo, manifestando uma ruptura incompleta com o marxismo-leninismo.

Mariana Collette Piai Ersina – UFSC. As investidas do Dragão chinês sobre o Setor de energia brasileiro. Uma análise dos IED chineses que penetram o setor nos últimos 20 anos.

Junto aos mais de 1 bilhão de chineses, habitam na China uma vastidão de mitos. Incontáveis narrativas fantásticas foram criadas e transmitidas no largo da sua extensa história para explicar a criação do mundo e dos homens, dar sentido aos fenômenos naturais. Cercados por seus inúmeros mitos e figuras fantásticas particulares, os chineses pouco, ou nada, sabem sobre o folclore brasileiro e sobre o ser humanoide de cabelos vermelhos e pés virados que habita as narrativas orais e populares brasileiras e trata incessantemente de proteger as florestas. Este exímio protetor das matas, desconhecido entre a população do país que se constitui como o maior parceiro comercial do Brasil divide, como argumenta Gilberto de Souza Marques (2019), uma importante correspondência com a trajetória do desenvolvimento brasileiro. Este último, que como se possuísse pés revirados avança rapidamente sobre alguns indicadores econômicos mais imediatos, enquanto imprime, em contrapartida, pegadas no sentido oposto nos pontos de vista social, ambiental e mesmo econômicos de mais longo prazo. Ainda que a China não conheça o Curupira, a sua entrada no comércio internacional, a sua demanda crescente por commodities primárias, as suas relações com o Brasil e a mais recente penetração dos seus investimentos têm multiplicado o trabalho da figura mítica que carrega a desafiadora tarefa de

proteger as, cada vez menores, florestas brasileiras ameaçadas pela expansão e ânsia irrefreável da acumulação capitalista. É impossível analisar com rigor o desenvolvimento econômico brasileiro, sobretudo nas duas últimas décadas, sem dedicar um espaço da análise às relações sino-brasileiras. A intensificação dos fluxos de mercadorias e de capital chineses com destino ao Brasil nos últimos vinte anos têm moldado políticas econômicas nacionais, a organização da produção, a geografia e jogam um grande peso ao tom e à direção assumidos pelo capitalismo brasileiro. Nos últimos 40 anos, a China tem crescido numa escala que ofusca todos os demais países. A partir das reformas dos últimos anos da década de 1970, a economia chinesa emergiu de maneira meteórica no sistema internacional. O Brasil mantém relações diplomáticas com a China desde 1974. De lá pra cá, as relações entre os dois países têm crescido de maneira significativa, sobretudo a partir dos anos 2000. Apartados, em grande escala, geográfica e culturalmente, as relações comerciais entre os dois países se transformaram no vetor de aproximação dos dois gigantes continentais. Para além das mercadorias, o Brasil passou a ser um alvo significativo do capital chinês a partir de 2010, no marco de sucessivas medidas governamentais de suporte à internacionalização do capital chinês, privado ou estatal. Neste ano o IED chinês confirmado na economia brasileira somava US\$ 13,9 bilhões segundo o relatório de 2013 da Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), cerca de 28% do total dos IEDs recebidos por toda a América Latina. A princípio os IEDs chineses confirmados no Brasil se concentraram nos setores extrativistas e refletiam diretamente a necessidade de assegurar o oferecimento de commodities primárias, sobretudo de petróleo, soja e minério de ferro. Nos anos seguintes, no entanto, essa tendência se transforma e os setores extrativistas gradualmente perderam importância. Dessa forma, desbancando os setores extrativistas, o setor de energia se transforma no foco dos investimentos chineses no Brasil a partir de 2012. Considerados os indicadores quantitativos, o setor de energia elétrica é, sem sombra de dúvidas, o grande foco dos capitais das empresas chinesas no Brasil entre 2007 e 2020. Cerca de 48% de todo fluxo de IED confirmado nesses 14 anos foram direcionados a 55 projetos de geração ou transmissão de energia. O setor recebeu projetos que somam US\$31,728 bilhões realizados, majoritariamente, por grandes empresas estatais chinesas, com destaque para as gigantes State Power Investment Corporation, China Three Gorges, State Grid Corporation of China. O setor de energia elétrica demanda investimentos extraordinários, exige grandes reservas de excedentes de capital e seu retorno não é imediato. Nesse sentido, a combinação desses determinantes demanda uma profunda coordenação entre as empresas, bancos de desenvolvimento e agências estatais

chinesas, e imprime uma tendência de predominância de investimentos das Grandes Estatais Centrais sobre a totalidade do IED chinês no setor. O problema de pesquisa desta proposta consiste em apreender as motivações de fundo do incentivo estatal à externalização dos capitais e sua penetração no setor hidrelétrico brasileiro. A hipótese deste artigo é que para além do abastecimento das cadeias extrativistas brasileiras, da garantia da irrestringibilidade das unidades reprodutivas e da máxima remuneração do seu capital, o Estado Chinês tem impulsionado os IED das suas Centrais Estatais no setor elétrico para absorver parte do seu capital sobreacumulado e conter as tendências inflacionárias domésticas. Com esse propósito, como argumenta Harvey (2014), a expansão geográfica chinesa, a partir de seus IEDs, é extremamente útil e indispensável para estabilização do seu sistema econômico. O objetivo geral do artigo é desenvolver uma investigação sobre os fluxos de IED chineses destinados ao setor de energia hidrelétrica brasileiro. Para isso a pesquisa será guiada através de um esforço para alcançar os objetivos específicos que consistem em (i) investigar as motivações de fundo desses investimentos; (ii) discutir os determinantes qualitativos dos capitais chineses no setor hidrelétrico brasileiro; (iii) traçar os nexos causais entre a penetração de IED chinês no setor hidrelétrico e o romper de uma possível campanha imperialista chinesa; (iv) analisar os impactos da penetração do IED chinês no setor de energia hidrelétrica na geração de empregos e de renda no Brasil e; (v) investigar quais serão as tendências dos IED chineses no Brasil para os próximos anos. De forma sintética, a abordagem teórico-metodológico para contemplar a investigação do objetivo geral e dos objetivos específicos propostos neste trabalho se insere nos pressupostos do materialismo histórico-dialético. De modo a contemplar os objetivos geral e específicos, será utilizada toda sorte de banco de dados que se dediquem aos crescentes IEDs chineses, além de informações veiculadas pela imprensa especializada, plataformas oficiais das empresas plataformas de pesquisa e de sítios dos governos das demais esferas da União. Todas essas fontes tem a possibilidade de prover grandes quantidades de dados que se cruzados de maneira ideal podem gerar profícuas análises. Para além dos dados, a pesquisa buscará suporte teórico nas contribuições sobre a crise estrutural do capital, o caráter do Estado moderno, o imperialismo, o desenvolvimento dependente, o ajuste espaço-temporal e o sistema econômico e político chinês.

Andreia Nascimento Bomfim – UFBA. Os sentidos dos acordos de cooperação tecnocientíficas e das relações culturais entre China e Brasil.

Este trabalho é fruto de dois anos de pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Iniciação científica (PIBIC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); no âmbito deste programa contamos por um período de 12 meses com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); assim como é fruto de sua continuidade realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – PPGRI-UFBA, no qual contamos com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Seu objeto são os acordos de cooperação tecnocientíficas e as relações culturais entre a China e o Brasil e seu objetivo é a investigação dos sentidos destes acordos e relações. Nossa metodologia se desenvolveu através da interlocução dialética entre o referencial teórico estudado e os dados empíricos qualitativos e quantitativos colhidos durante as pesquisas. As fontes dos dados empíricos foram principalmente secundárias, disponíveis em modo on-line em páginas de instituições federais e estaduais brasileiras e do Estado chinês, institutos de pesquisa independentes, instituições de intercâmbio cultural e cooperação científica e tecnológica entre Brasil e China, meios de comunicação nacionais, chineses e outros, etc. Como referencial teórico partimos da teoria do imperialismo de Lênin e dos autores que atualizam esta teoria, assim como da teoria marxista da dependência. El inicio del proceso que llevó a la China subordinada a alcanzar los umbrales contemporáneos de poder tiene como punto de partida la insubordinación ideológica y fundante de Sun Yat-sen. (Gullo, 2015, p. 187). Ainda de acordo com Gullo (2015) a China é o maior exemplo contemporâneo de construção de um poder nacional exitoso, que se deu como resultado da conjugação de sua insubordinação ideológica ao pensamento dominante com um eficaz impulso estatal. A partir de 1978, com as reformas, este país passa a orientar sua economia em direção ao capitalismo. Esta potência asiática já é a maior economia do mundo de acordo com o critério da paridade do poder de compra, desenvolve relações de cooperação estratégicas com países como a Rússia; compõe um importante bloco denominado Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), organização que engloba 70% da Eurásia assim como 30% do PIB mundial; além disso é um dos países do mundo que mais investe em ciência, tecnologia e inovação, sendo estes três quesitos determinados como a base para o desenvolvimento de sua economia e logo os fundamentos na busca por se tornar um país do centro capitalista; possui a liderança na tecnologia 5G e já desenvolve a tecnologia 6G, etc. É a partir desse contexto geral que a China questiona a hegemonia norte-americana, país com o qual desenvolve uma complexa



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

e “delicada” relação de cooperação e concorrência. O desenvolvimento chinês é sedento tanto por commodities de alimentos como de energia. Nesse contexto a China é na atualidade o principal parceiro econômico do Brasil, que exporta para aquele país fundamentalmente commodities. A partir disso entendemos que as relações econômicas China-Brasil acentuam o status dependente da economia brasileira e contribui para seu processo de desindustrialização. Além disso, a China realiza importantes exportações de capitais para o Brasil tanto na forma de financiamentos como de investimentos diretos. É tomando como referência esta realidade que afirmamos que a atuação da China no Brasil é imperialista. As relações econômicas China-Brasil são sólidas e nem mesmo o governo do Bolsonaro – inicialmente anti-China –, com todas as agressões proferidas àquele país, foi capaz de abalar os fundamentos de tal solidez. As relações diplomáticas são de suma importância para o estabelecimento, manutenção e aprofundamento das relações econômicas e podemos dizer que tais relações também são sólidas entre China e Brasil. Entendemos as relações tecno-científicas e culturais como parte das relações diplomáticas entres estes países. A China tem aprofundado as relações tecno-científicas e culturais com o Brasil, e as universidades de ambos os países tem sido mediadores importantes de tais relações. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004 tem por objetivo incentivar as relações bilaterais, e os temas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) são bastante presentes nas subcomissões – atualmente são 10 subcomissões – da COSBAN, tanto de forma direta quanto indireta; ainda neste quesito os países ainda contam com o Diálogo de Alto Nível Brasil-China em CT&I. Frutos destas instituições e como exemplos de cooperação tecno-científica China-Basil podemos citar o Centro Brasil China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia ou, Centro China Brasil; o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia (Cbc-nano); o Centro de Inovação para Agricultura China-Brasil. Podemos citar também que o Centro de Inovação Inova USP juntamente com o Instituto de Pesquisa Belt and Road para Cooperação Internacional e Desenvolvimento e a Universidade Shenzhen assinaram um acordo de cooperação para a criação do Centro de Pesquisa China-Brasil para Inovação e Competitividade; e em 2018 a China através da universidade de Guangdong assinou o 8º acordo de cooperação com a universidade brasileira UnB. Não podemos deixar de citar um número relevante de Institutos Confúcio no Brasil. Estes institutos são importantes tanto do ponto de vista econômico como diplomático nas relações sino-brasileiras, e logo do ponto de vistas das relações tecno-científicas e culturais China-Brasil. A COSBAN também possui uma subcomissão que trata dos temas da Cultura e Turismo. As



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

relações culturais entre China e Brasil também tem se intensificado. Neste sentido, além dos Institutos Confúcio podemos também citar a existência do Instituto Sociocultural Brasil China (IBRACHINA); o Centro Cultural China-Brasil Yuan Aiping; o Centro de Cultura Chinesa; e a Câmara de Desenvolvimento Econômico e Cultural Brasil – China. Além disso em 2021 foi inaugurada no Rio de Janeiro a primeira escola chinesa internacional. Porém, é fundamental destacar que compreendemos que as relações tecno-científicas e culturais China-Brasil são face do imperialismo chinês e também ferramentas de seu Soft Power. Essas relações tecno-científicas são uma forma indireta de extração de mais-valor por parte da China. Além disso, apesar de anos deste tipo de cooperação o Brasil continua dependente e como vimos passando por um processo de desindustrialização. Também compreendemos que a presença cultural da China no Brasil visa de fato a perpetuação e aprofundamento das relações econômicas desiguais com este país. É a partir dessas inquietações que buscamos aprofundar nossa compreensão dos sentidos dos acordos de cooperação tecno-científicas e das relações culturais entre China e Brasil.

Marcelo Pereira Fernandes – UFRRJ. Coautor: Marlon Silva Martins – UFRRJ.
Cooperação sino-cubana: Um estudo sobre as relações econômicas e a influência do Socialismo com características chinesas em Cuba.

No dia 16 de abril de 1961, o comandante em chefe Fidel Castro em discurso declarou que a revolução cubana era socialista, e então se adotou o marxismo-leninismo como ideologia oficial do Estado cubano. Antes da declaração, o governo Eisenhower (1953-1961), visando levar a economia cubana ao colapso, cortou a quota de açúcar importada da Ilha e o fornecimento de petróleo. Quase que imediatamente o fornecimento de petróleo e a compra do açúcar passaram a ser realizados pela URSS. Além disso, em 6 de julho de 1960 como resposta, Fidel Castro anunciou a nacionalização de 36 usinas de açúcar, entre elas da United Fruit Company, e duas refinarias de petróleo, da Esso e da Texaco que se recusavam a refinar o petróleo soviético. Depois, bancos estadunidenses, empresas açucareiras, fábrica de bebidas entre outras, também foram nacionalizadas. Em resposta, Eisenhower cortou relações diplomáticas com Cuba e iniciou o bloqueio econômico diversas vezes condenado pela ONU, mas que dura até hoje. Durante os anos 1960 e 1970 Cuba foi construindo o socialismo, principalmente com a ajuda soviética com quem o país se aproximou, e com os países que formavam o Conselho para Assistência e Econômica Mútua (COMECON). Apesar de não se industrializar, Cuba alcançou resultados



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS & MARXISMO**

notáveis em políticas sociais e, apesar do bloqueio, a parceria com a URSS conseguiu render bons frutos na economia, fazendo a população cubana usufruir de um padrão de vida acima da média de outros povos da América Latina. No começo dos anos 1990, a revolução cubana enfrentou seu maior desafio, quando as autoridades cubanas anunciaram um conjunto de resoluções em que, a partir de então, o país passaria a viver sob o chamado Período Especial em Tiempos de Paz. Na prática, um plano de contingência concebido originalmente como uma resposta a condições de guerra, mas que também incluía um conjunto de reformas econômicas a fim de modificar a estrutura produtiva do país. Com o fim da Guerra Fria e da URSS em 1991, Cuba presenciou um cenário internacional extremamente desfavorável, em que os seus principais parceiros comerciais já não estavam dispostos a manter o regime de acordos preferenciais. Isso representou para o país a perda de forma súbita de seus mercados consumidores e fornecedores, o que fez com que se registrasse uma queda no seu comércio exterior em torno de 80%. Além do que, na mesma época, as condições do mercado mundial para Cuba pioraram substancialmente com o aumento no preço do petróleo e a queda nos preços do açúcar. Como resultado, o país mergulhou na mais severa crise econômica desde a vitória da revolução em 1959. Houve uma grave escassez de produtos para o consumo final, prejudicando diretamente a qualidade de vida, além da escassez de matérias-primas que freou a produção industrial e, conseqüentemente, as exportações. Em 1991, por exemplo, o PIB recuou 10,7%. O governo estadunidense enxergou uma oportunidade única nesse cenário para asfixiar definitivamente a economia cubana. Assim, além de precisar estabelecer novas relações com os países capitalistas, o governo cubano teve que enfrentar o endurecimento das leis estadunidenses contra a Ilha a fim de acelerar a queda do regime socialista. A Lei para Democracia em Cuba de 1992, conhecida como lei Torricelli, por exemplo, estabeleceu sanções que visavam asfixiar o comércio cubano através da proibição do comércio entre Cuba e empresas subsidiárias estadunidenses sediadas em outros países, e a proibição de navios comerciais de atracar em portos cubanos. Apesar dos enormes sacrifícios, Cuba conseguiu resistir. Uma série de reformas na economia foram colocadas em prática fez com que o país retomasse seu comércio externo e estabilizasse os preços. O desenvolvimento do turismo aliviou bastante a escassez de divisas, já que Cuba não tem acesso a financiamento externo. Nesse esforço de resistência, a aproximação com a República Popular da China foi fundamental. Nos últimos anos, a China estreitou suas relações econômicas com Cuba até se tornar o principal parceiro da Ilha. Os dois países estabeleceram relações diplomáticas em 28 de setembro de 1960, sendo Cuba o primeiro país da América Latina e Caribe a reconhecer a China



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

socialista, que fora excluída da ONU e era alvo de um embargo desumano liderado pelos Estados Unidos. Entretanto, Cuba e China estiveram em lados opostos durante a Guerra Fria em razão da disputa sino-soviética. Hoje isso foi plenamente superado. Desde os anos 1990 a visita das autoridades chinesas a Cuba tem sido frequente, assim como de autoridades cubanas à China. Em julho de 2014, o presidente Xi Jinping disse ao órgão oficial Prensa Latina antes de embarcar em uma viagem para Cuba que: "Os dois países avançam de mãos dadas no caminho da construção do socialismo com características próprias, dão apoio recíproco em questões relacionadas a seus respectivos interesses vitais." A aproximação resultou em acordos bilaterais em várias áreas, além de um incremento do comércio extremamente benéfico a Cuba. Desde 2005 a empresa SinoTruck vem fornecendo para Cuba, veículos de carga, semirreboques, caminhões de construção especializados, escavadeiras, guindastes, etc. Na agricultura, empresas chinesas estão melhorando a irrigação, aumentando a produção de arroz e açúcar, e fornecendo tratores aos campos cubanos. No turismo a China passou a oferecer ônibus para o crescente turismo na Ilha e a Beijing Enterprises Holdings está construindo um resort de golfe de US\$ 460 milhões em Guanabo, 30 km a leste de Havana. Empresas chinesas como a Huawei e a TP-Link desempenham um papel fundamental na construção da infraestrutura de telecomunicações de Cuba. Enquanto a Haier vende eletrodomésticos e eletrônicos a Cuba, com impactos diretos sobre o padrão de vida da população. A Hainergy New Energy doou em abril de 2022 dez ventiladores pulmonares ao Ministério da Saúde Pública de Cuba. Há ainda cooperação entre companhias cubana e chinesa no setor de biofarmácia. Em novembro de 2018, Cuba aderiu à Iniciativa Cinturão e Rota da China. Junto à aproximação diplomática e ao crescente fluxo comercial com o gigante asiático, Cuba tem investido em transformar sua economia. Sinalizadas em 2007 e postas em prática com a chegada de Raúl Castro à presidência do Conselho de Estado no ano seguinte, as reformas nomeadas como los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución buscam consolidar o socialismo na ilha. Para isso, a atual direção do partido entende que é necessário atualizar as políticas econômicas e sociais cubanas, modernizando o Estado e permitindo maior participação de agentes privados em setores-chave. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as atuais linhas de cooperação econômica sino-cubana e tentar captar de que modo a intensificação da influência chinesa tem alterado o socialismo da ilha.

Samuel Spellmann – PUC MINAS. Os Limites Estruturais ao Capital de Mészáros e os Limites da Guerra à China

O estado do relacionamento bilateral entre Estados Unidos da América (EUA) e a República Popular da China (RPC) tem se transformado perigosamente nos últimos anos. No início da década de 2010, em toda parte ouviam-se os pedidos da administração Obama para que a China passasse atuar como contribuidora paritária da recuperação da ordem econômica internacional. Ainda assim, em 2018, os EUA mudaram o seu entendimento em relação a Rússia e a China. Em par, ambas as potências Eurasiáticas foram classificadas desde então como países desafiantes da ordem internacional (de controle Estadunidense) baseada em regras, e o relacionamento EUA-China foi recategorizado como uma “competição estratégica”. Recentemente, o mundo testemunhou um aumento da militarização de certas áreas do Oceano Pacífico, particularmente nos mares do Sul e do Leste da China, uma ocorrência paralela à reconceituação de toda a área da Ásia-Pacífico como Indo-Pacífico. A série de reconfigurações semânticas promovida pelos Estados Unidos indica uma mudança naquilo que é compreendido como o Oceano Pacífico no principal locus de interesse dos EUA para frear o desenvolvimento da China. Também faz lembrar a distinção geopolítica criada nos anos 1940 e 1950 entre Europa Oriental e Ocidental, mimetizando o início da Guerra Fria na sequência imediata da Segunda Guerra Mundial. A China rejeita explicitamente a retórica de Guerra Fria Estadunidense. Ela assinala que os EUA não podem, porventura já não podem mais, ditar os termos nos quais a China se dirige às outras nações do mundo. Em linha com a posição de “striving for achievement” guiando suas Relações Internacionais, a resposta da China tem se focado em enfatizar suas iniciativas de cooperação, as quais têm evoluído em uma multiplicidade de formas, abrangendo o engajamento bilateral focado em arranjos “ganha-ganha”, até a criação de instituições multilaterais e à compreensão holística de relações humanas no nível estatal, com uma ênfase particular durante a pandemia do COVID-19. Ao declarar a independência do seu modelo de desenvolvimento dos aspectos nucleares da ordem neoliberal enquanto simultaneamente realçando certos aspectos da mesma – particularmente aqueles ligados à liberdade comercial –, a China tem transformado a estrutura de comércio e investimentos internacional em detrimento de certos setores econômicos dominados por companhias Ocidentais consolidadas, mas também por companhias do Leste Asiático. Para além disso, a liderança do Partido Comunista da China (PCCh) durante o decênio compreendido pelos 18º e 10º congressos partidários (2012-2022) têm publicado iniciativas de desenvolvimento detalhadas, respondido a questões domésticas prementes – como a abolição da extrema pobreza,



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

as falhas em projetos de urbanização e bolhas no mercado imobiliário, a mudança geracional, a desertificação, as chuvas recordes e outros impactos das mudanças climáticas e a transformação do crescimento econômico – ao passo que simultaneamente reconhecem os riscos e oportunidades que defrontarão a RPC nos próximos anos. Isto tem ocorrido enquanto a China celebra o centenário do PCCh. O Partido não apenas lançou campanhas públicas para abordar tais questões, como formulou novos desenvolvimentos teóricos. Conectadas ao Pensamento de Xi Jinping, as ideias de ‘reformas estruturais do lado da oferta’, ‘dupla circulação’ e a agora amplamente reconhecida ‘prosperidade comum’, todas foram desenvolvidas para enfrentar os ‘grandes riscos’ impostos pela primeira metade do processo de alcançar o segundo objetivo centenário: a criação de uma sociedade socialista moderna na China em 2050. Como apontado por Yin Juwu (2020), quase não existem similaridades entre o confronto hegemônico entre Estados Unidos e União Soviética durante o século XX e o atual estado do relacionamento bilateral sino-estadunidense. Entretanto, a narrativa confrontacional disparada pelos EUA durante a presidência de Donald Trump continua a ser levada adiante sob a Administração Biden, e as animosidades da política internacional têm sido refletidas na política doméstica americana. Ainda que algumas exceções tenham sido demarcadas, que a criação de espaço para cooperação tenha sido conversado – particularmente no que concerne políticas ambientais internacionais –, o núcleo da narrativa sobre a necessidade de se tomar uma postura agressiva para com a China e a Rússia continua sob a atual presidência do Partido Democrata Estadunidense. Ambas as ‘ameaças existenciais’ parecem ser usadas como catalisadores para o engajamento bipartidário a respeito de legislação de foco doméstico. Analistas críticos da Economia Política têm abordado as similaridades entre o confronto hegemônico EUA-China enquanto paralelos contemporâneos de rivalidades globais anteriores, e que levaram ao conflito aberto. Formulações a respeito de uma potência em ascensão enfrentando um adversário estabelecido capturaram a imaginação, particularmente as trajetórias verticais da Alemanha e do Japão dentro da matriz de desenvolvimento capitalista. Outras comparações têm conectado a atual realidade na qual os Estados disputam o mercado mundial enquanto alinham-se em blocos de poder à competição Imperial do final do Século XIX. Finalmente, recuperando as contrições de Giovanni Arrighi à Teoria do Sistema-Mundo, existem aqueles que ligam a formação de Ciclos Sistêmicos de Acumulação no Leste Asiático à ascensão da China enquanto competidor paritário dos Estados Unidos, o hegemon em declínio da Ordem Liberal Internacional. Entretanto, estes entendimentos não respondem questionamentos a respeito do funcionamento



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

interno da reprodução capitalista e suas correlações com a erosão da estrutura de hegemonia dos EUA, em particular no que concerne a ampla e sempre crescente estrutura de controle militar estadunidense sobre o mundo inteiro. Análises contemporâneas limitam o Imperialismo ao defini-lo através do estrito conceito de política externa das grandes potências, convidando narrativas neo-Hobsonianas sobre a possibilidade de se parar a competição Imperial através de um novo foco no crescimento do mercado doméstico, ou mesmo através de políticas institucionalistas de détente. Sob considerações similares, as pressões internas do capitalismo poderiam ser superadas através da reorganização do Imperialismo, trazendo de volta as considerações de Kautsky sobre o Ultraimperialismo, ao mesmo tempo em que negam a possibilidade uma futura competição interimperial. Paralelamente, poucos links são estabelecidos entre o relacionamento dos Estados durante uma depressão econômica em escala global, o funcionamento interno da economia mundial capitalista, a competição interempresarial entre multinacionais e a sua atuação na política externa de governos. Ao limitar o escopo das análises exclusivamente a interpretações politicistas do Imperialismo, deixa de ser abordado o núcleo dos apontamentos de Lenin há mais de 100 anos a respeito da reprodução capitalista, particularmente no que diz respeito a correlação entre a exportação de capital e a agressão imperial. Percebendo os padrões distintos através dos quais a crise capitalista se apresenta, István Mészáros propôs uma elaboração teórica ligando a característica superprodutiva da crise às condições materiais apresentadas pela reprodução capitalista inserida numa biosfera limitada e com seres humanos existentes, concretos. O Capitalismo, portanto, não poderia ser reformado para além dos seus limites físicos. A elaboração de Mészáros apontou para uma alternativa umbilicalmente ligada às tendências gerais do capitalismo representadas pela taxa de lucro, e distantes às circunstâncias conjunturais. Os resultados foram inseridos na teoria de Mészáros sobre os limites estruturais do capital, apontando para uma caracterização estrutural da natureza da crise capitalista. Este artigo objetiva apresentar uma reinterpretação parcial da tese dos anos 1980 de Mészáros sobre a Crise Estrutural do Capital. Isto é feito de modo a propor uma adição à lista de quatro limites exprimidos enquanto contradições à reprodução capitalista de Mészáros, que acarretaram a crise estrutural do capital que segue até hoje. Este artigo observa os desenvolvimentos próprios da guerra nuclear, abordando a contradição entre a necessidade de guerra enquanto um meio de dispor de capital excedente e a existência de armas atômicas como um outro limite estrutural. Nossa interpretação é a de que a guerra total de alta mobilização que existiu anteriormente ao advento das armas atômicas transformou o grau de destruição capitalista



II COLÓQUIO **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** **& MARXISMO**

– bem como o da sua ulterior oportunidade de reconstrução –, por sua vez criado através de guerras mundiais, de dois modos. Primeiramente, ela criou toda uma nova categoria para a destruição de capital, que é a possibilidade evidente de se criar um evento de extinção em massa na Terra. Outro aspecto seria o de que a condição de aniquilação criou uma impossibilidade prática defrontando o engajamento militar direto entre Estados em competição. Portanto, a oportunidade para reinvenção do sistema global de acumulação através da guerra foi em grande medida dissuadida. Historicamente, ainda que os EUA tenham alcançado o seu principal objetivo estratégico com a destruição da União Soviética ao fazerem uso das contradições amplificadas dentro do sistema soviético nos anos 1980 bem como através da (re)introdução capitalista via terapia de choque ao que fora o espaço soviético, esta forma de destruição não pode ser comparada ao grau imposto durante a Segunda Guerra Mundial. O mesmo pode ser dito a respeito de diferentes formas de conflito, como os limites impostos ao desenvolvimento de economias capitalistas periféricas sob o neoliberalismo, guerras híbridas ou mesmo o engajamento militar direto na periferia. A destruição tanto de formas de vida e de capital acarretada numa Guerra Mundial e as possibilidades de transformação das estruturas de reprodução capitalista em uma escala mundial são, portanto, interpretadas aqui como incompatíveis com as necessidades do capital. Como estão, as taxas de lucro Estadunidenses não podem se elevar para as marcas históricas da cheia dos anos dourados do capitalismo de meados do século XX. Ainda que diretamente levadas adiante na administração Trump – porventura para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 – as medidas de mobilização parecem ter emperrado no estágio do aumento da produção de certos itens. Os orçamentos Estadunidenses de 2021 e 2022 expandiram o gasto militar. A paralisia legislativa doméstica recebeu a culpa pelos interesses do crescente capital financeiro colherem os benefícios das medidas de Quantitative Easing desde 2020. Por mais de 50 anos, a financeirização ultrapassou a produção em relação a lucratividade. Esta mudança estrutural montou o cenário para as crises dos anos 1970, levando ao aparecimento da ideologia neoliberal. Ainda que a China, o Vietnã, os Estados anteriormente na órbita soviética e a própria URSS tenham sido integrados ao mundo capitalista, existe hoje uma evidente falta de novos espaços para expansão econômica, reforçando assim as limitações existentes para a acumulação de capital, reestimulando a esfera financeira. Uma nova interpretação dos Limites Estruturais do Capital de Mészáros, levando a proposta de um quinto limite, pode ajudar a explicar as ligações entre o nível necessário de destruição de capital e de vidas humanas e as necessidades reprodutivas do capital.